
**ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES PESQUISADORES E INOVADORES
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

WP/CEAUP/#2024/1



**“DE JUNHO A NOVEMBRO NÃO RECEBEMOS COMIDA DO PMA”: VOZES DOS
DESLOCADOS REASSENTADOS EM CORRANE SOBRE AS SUAS CONDIÇÕES
DE VIDA E DESAFIOS SOCIOECONÓMICOS**

Nampula

2023

**ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES PESQUISADORES E INOVADORES
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

**“DE JUNHO A NOVEMBRO NÃO RECEBEMOS COMIDA DO PMA”: VOZES
DOS DESLOCADOS REASSENTADOS EM CORRANE SOBRE SUAS
CONDIÇÕES DE VIDA E DESAFIOS SOCIOECONÓMICOS**

Autores

Jafar Silvestre Jafar

Felizardo António

Marchal Manufredo Chilimile

Pedro Sebastião Joaquim

Luisa Luís Mário Artur

Colaboração e revisão:

Éva Sebestyén,

Tânia Mainsel

Nampula

2023

Índice

Índice de Imagens	4
Índice de gráficos	4
Índice de Tabelas	4
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	5
Introdução.....	6
1. Breve histórico de deslocamentos forçados resultantes de conflitos ou eventos violentos...	7
2. Objectivos, metodologia, relevância e participantes do estudo	10
2.1. Objectivos, metodologia, relevância do estudo	10
2.2. Dados dos participantes do estudo.....	11
3. Breve caracterização do Centro de Reassentamento de Deslocados de Corrane	11
4. Origem e relações sociais entre os deslocados	14
5. As condições de vida dos deslocados.....	14
5.1. Habitação.....	14
5.2. Energia, água e saneamento	16
5.3. Acesso aos serviços de educação e saúde	18
5.4. Acesso à terra	20
5.5. Acesso e produção de alimentos e segurança alimentar	25
5.5.1. Acesso e produção de alimentos.....	25
5.5.2. Tipo de alimentação e refeições diárias	27
6. Criação de animais	28
7. Critérios da escolha dos chefes locais	28
8. Relações entre os deslocados e a comunidade acolhedora	29
9. Documentos de Identificação dos deslocados	30
10. Apoios de instituições do Governo e das Organizações não-Governamentais Nacionais e Internacionais.....	30
10.1. Apoios de instituições do Estado	32
10.2. Apoios de Organizações Não-Governamentais Nacionais e Internacionais	35
11. Perspectivas de regresso dos deslocados às suas zonas de origem	41
12. Desafios dos deslocados no Centro de Reassentamento	41
12.1. Dificuldades de acesso a terra	41

12.2. Fraca capacidade produtiva e dieta alimentar pobre.....	42
12.3. Falta de formação técnico-profissional e de emprego	42
12.4. Falta de financiamento de pequenas iniciativas económicas	43
12.5. Insuficiências do “Posto de Socorro”	44
Considerações finais.....	44
Sugestões	45
Bibliografia.....	46
Apêndices	50

Índice de Imagens

Imagem 2: Mapa de Localização do Posto Administrativo de Corrane.....	12
Imagem 3: Casa modelo para deslocados no Centro de Reassentamento de Corrane - Vista panorâmica da parte central do Bairro Nampula	15
Imagem 4: Sistema de abastecimento de água ao Centro de Reassentamento de Corrane, instalado no Bairro Nampula, no âmbito do PRONASAR	17
Imagem 5: Chefe do Posto Administrativo de Corrane visitando machamba de milho e outras culturas de um deslocado residente no Centro de Reassentamento de Corrane	24
Imagem 6: Jovens formados recebendo materiais diversos para o desenvolvimento de actividades económicas geradoras de renda	34

Índice de gráficos

Gráfico 1: Aldeias coloniais na Circunscrição de Palma, até 1973	8
Gráfico 2: Deslocados reassentados inicialmente, regressados e restantes	13
Gráfico 3: Número de quarteirões do Centro de Reassentamento	15
Gráfico 4: Alunos deslocados enquadrados na EPC de Mucupassa	19
Gráfico 5: Alunos deslocados enquadrados na Escola Secundaria de Corrane.....	19

Índice de Quadros

Quadro 1: Número e código dos deslocados participantes.....	11
Quadro 2: Número e código de Chefes Locais participantes	11
Quadro 3: Organizações que desenvolvem acções de intervenção social no CRC	31

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
B.I.	Bilhete de Identidade
CEDES	Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social
CL	Chefe Local
CRC	Centro de Reassentamento de Corrane
DCNT	Doenças Crónicas Não Transmissíveis
DIC	Direção de Identificação Civil
EPC	Escola Primária e Completa
GF	Grupo Focal
IFPELAC	Instituto de Formação Profissional e Estudos Laboratoriais Alberto Cássimo
INAS	Instituto Nacional de Ação Social
INGD	Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
LALN	Luta Armada de Libertação Nacional
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PMA	Programa Mundial de Alimentação
SAMIM	SADC Mission in Mozambique

Introdução

Ser deslocado não é uma situação passageira, mas sim duradoura, que se pode prolongar por décadas ou até mesmo gerações completas (ACNUR, 2023).

Desde outubro de 2017 até hoje, a província de Cabo Delgado tem vindo a ser palco de ações terroristas. Estas ações tiveram início no distrito de Mocímboa da Praia e, devido a combinação de vários fatores, intensificaram e expandiram-se rapidamente para outros distritos, nomeadamente Macomia, Palma, Meluco, Ibo, Quissanga, Mueda, Muidumbe, Ancuabe, Metuge, Namuno e Balama.

A intensificação e expansão das ações terroristas têm consequências multidimensionais. O *Jornal Notícias* (21/12/2023) diz que uma das consequências dessas ações foi o deslocamento forçado de 1.137. 057 pessoas dos distritos diretamente afetados para zonas consideradas seguras. Assim, grande parte dos deslocados foi para a cidade de Pemba e distritos localizados mais a sul da província como Ancuabe, Balama, Chiure, Montepuez e Namuno. Outra parte deslocou-se para outras províncias como, por exemplo, a de Nampula.

Chegados a Nampula, os deslocados foram acolhidos pelo Governo Provincial e os seus parceiros e reassentados na localidade de Mucupassa, localizada a 8 km da Sede do Posto Administrativo de Corrane, um local a que posteriormente se deu o nome de Centro de Reassentamento de Corrane (CRC). No CRC, os deslocados vivem em três bairros, nomeadamente: Nampula, Namialo e Monapo.

Esta pesquisa piloto, recorrendo a entrevistas semiestruturadas, observação não-participante e revisão de literatura e estudo documental, analisou as condições de vida que os deslocados têm no CRC, olhando especificamente para apoios do Governo e ONGs parceiras e os desafios que enfrentam no seu dia-a-dia no CRC. As várias informações foram analisadas numa perspetiva qualitativa com recurso a técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa envolveu 33 deslocados, incluindo três chefes locais (Chefe do Posto Administrativo de Corrane e os chefes dos bairros de Nampula e Namialo) e verificou, através da observação, que os deslocados vivem em casas construídas com material não convencional e cobertas a chapa de zinco, têm acesso a serviços de educação, saúde, água, saneamento e energia elétrica. Várias instituições públicas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) apoiaram e apoiam os deslocados nas mais variadas vertentes, entre as quais a construção de abrigos; alimentação; insumos agrícolas; luta contra casamentos prematuros, violência doméstica e VIH-SIDA. No entanto, apesar desses apoios, os deslocados enfrentam desafios, nomeadamente: acesso a terra, insuficiência de alimentos, falta de emprego, formação técnico-profissional e de recursos para o desenvolvimento de pequenas iniciativas económicas como formas alternativas de geração de renda e melhoria das suas condições de vida hoje e no futuro.

O presente relatório de pesquisa, para além da introdução, comporta os elementos que se seguem: objetivos, metodologia e relevância do estudo; dados dos participantes; breve

caracterização do Centro de Reassentamento de Corrane; as condições de vida dos deslocados; apoios do Governo e das ONGs aos deslocados; desafios; considerações finais e bibliografia.

1. Breve histórico de deslocamentos forçados resultantes de conflitos ou eventos violentos

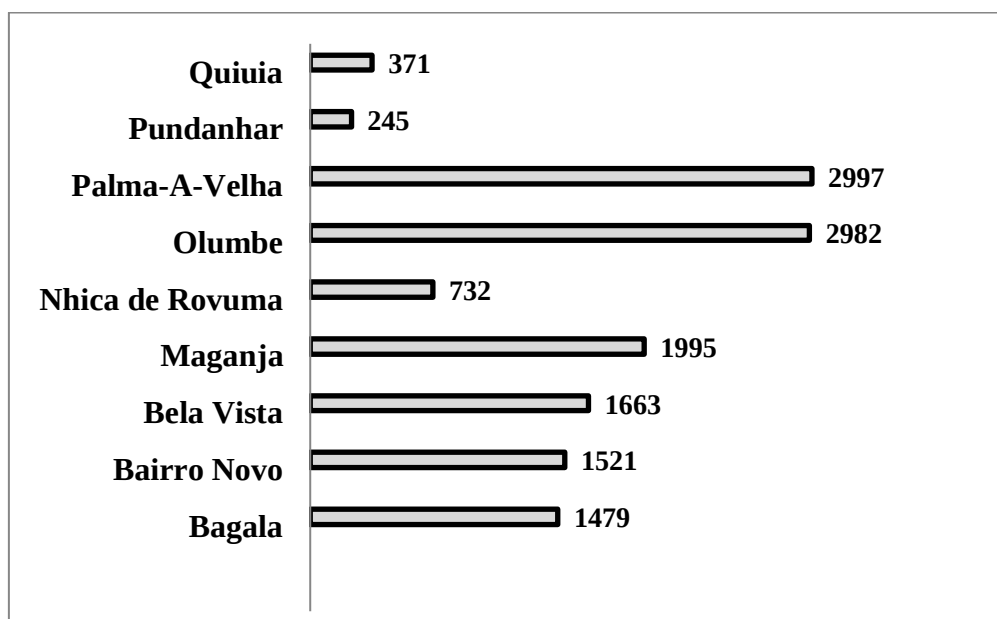
Desde os meados da década 60 do século XX até aos dias de hoje, parte considerável da população moçambicana tem sido vítima de conflitos ou eventos violentos. E, obviamente, uma das consequências desses conflitos é a deslocação das pessoas, famílias e comunidades locais das regiões afetadas para outras. Portanto, os deslocamentos forçados das populações, resultantes de conflitos ou eventos violentos, fazem parte da História Social de Moçambique, desde a última década do colonialismo português até aos dias de hoje.

Durante os dez anos da Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) (1964-1974), no Norte de Moçambique, particularmente em Cabo Delgado, comunidades inteiras foram forçadas a refugiar-se nos países vizinhos, designadamente Malawi, Tanzânia e Quênia. Feijó et al. (2022), citando Egero (1979), referem que este conflito se traduziu numa grande onda de refugiados para Tanzânia, por exemplo, onde o número cresceu exponencialmente de 10.000 em 1964 para 29.000 em 1969. Chegados à Tanzânia, foram reassentados em centros como, por exemplo, o de Lutamba (criado na região de Lindi, sul de Tanzânia). Os centros estavam superlotados e eram caracterizados por más condições de vida (houve notável falta de alimentos e de saneamento) e, por causa disso, ficaram infestados por doenças entre as quais a cólera. Além disso, os refugiados viram a sua capacidade produtiva reduzida devido a dificuldades de acesso a terra para fins agrícolas (ibidem, p.3).

Na mesma época, as populações que permaneceram no território moçambicano transformaram-se em deslocados internos estando numa destas três situações: a primeira era das famílias ou grupos de famílias que se deslocaram para locais de difícil acesso, ou seja, fora do controlo das autoridades coloniais e da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Este grupo populacional ficou com mobilidade limitada e privado de serviços básicos. A segunda era das populações que eram obrigadas pela FRELIMO a concentrar-se em locais posteriormente chamadas *Aldeias Comuns*, no contexto das *Zonas Libertadas*. Ao concentrar em aldeias populações que outrora viviam dispersas, a visão da FRELIMO era de facilitar o acesso a infraestrutura, bens e serviços às populações rurais, promover o trabalho coletivo através da sociabilização dos meios de trabalho, cultivar o espírito patriótico e controlar as populações política e ideologicamente. No entanto, apesar de essa visão ter sido *desenvolvimentista*, o projeto *Aldeia Comunal* não deixou de ser violento na medida em que, como narra Geffray (1991), as famílias ou comunidades eram obrigadas a deixar as suas terras, machambas, rios, florestas incluindo zonas de pesca e outros recursos vitais para irem para locais com pouca terra arável, sem acesso ao mar ou zonas de pesca para os que eram pescadores e, sobretudo, pelo facto de serem obrigadas a coabitar com outras pessoas com usos e costumes diferentes (ibidem, p.12). Deixaram, também, os seus mortos, locais sagrados e outros bens culturais que representam património material e imaterial.

Até 1974, cerca de 80% dos 13 milhões de habitantes vivia em *Aldeias Comuns* e estavam organizados em cooperativas. A terceira situação foi a dos *Aldeamentos Coloniais* (as quais a FRELIMO chamou de *Campos de Concentração*). As autoridades coloniais portuguesas, temendo que as populações do norte de Moçambique, sobretudo as de Cabo Delgado, se aliassem aos guerrilheiros da FRELIMO, concentraram compulsivamente as populações em várias aldeias, cercadas com arame farpado e com um sistema rigoroso de controlo das entradas e saídas das pessoas nessas aldeias. Até 1973, só na Circunscrição de Palma, nordeste do então distrito de Cabo Delgado, existiam 9 *Aldeamentos Coloniais*. Com efeito, algumas dessas aldeias como, por exemplo, Olumbe e Palma-A-Velha, estavam muito povoadas, chegando a ter quase 3 mil pessoas (vide gráfico 1).

Gráfico 1: Aldeias coloniais na Circunscrição de Palma, até 1973



Fonte: Governo do Distrito de Cabo Delgado, 30/9/1973. ANTT/SCCIM, Cód. nº 1637, N.T. 239, Nº Fls: 324 *apud* Jafar, 2020.

Além dos *aldeamentos coloniais*, os massacres perpetrados pelas tropas portuguesas durante a LALN ou *Guerra Colonial* (por exemplo os massacres de Inhaminga e de Wiryamu) provocaram vagas de deslocamento das populações.

No período pós-independência, o Estado afro-marxista moçambicano adotou políticas que obrigaram o deslocamento coercivo de pessoas das cidades para o campo: “Centros de Reeducação” e “Operação Produção”. Segundo a descrição de Feijó et al. (2022), para os Centros de Reeducação eram levados os considerados “vagabundos”, “sabotadores”, os “marginais” e os que tinham hábitos coloniais ou burgueses para serem reeducados de modo a adequarem-se ao paradigma do *Homem Novo*. Os campos da “Operação Produção” estavam no norte do país, para onde foram levados forçosamente entre 50 e 100 mil moçambicanos tidos como “improdutivos” e, em alguns casos, opositores políticos (ibidem, p. 4). Quer nos “Centros de Reeducação” assim como nos campos da “Operação Produção” as condições de vida eram degradantes e desumanas: por um lado, havia falta de alimentos, serviços básicos

como educação, saúde e saneamento, vestuário e produtos de higiene; por outro, os “reeducados” e ou os “produtores” estavam sujeitos a uma situação sistêmica caracterizada por violentos castigos corporais (ibidem, p. 5).

Durante a guerra civil (1976-1992), também conhecida por “Guerra de Dezasseis Anos”, as populações moçambicanas, sobretudo as que viviam no meio rural, ficaram profundamente afetadas. Entre vários efeitos, a guerra provocou a migração de quase 90% das populações em três grandes grupos: o primeiro era constituído por cerca de 4 milhões de moçambicanos que se refugiaram nos países vizinhos, particularmente: África do Sul, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, onde grande parte vivia em centros de refugiados e em precárias condições; o segundo, em número não estimado de pessoas, saiu das zonas rurais para as cidades, vivendo em más condições e contribuindo, de algum modo, para o crescimento demográfico, aumento da delinquência, marginalidade e criminalidade e ocupação desregrada do solo; e o terceiro, também um número incalculável de pessoas, encontrou refúgio nas zonas de difícil acesso dentro das suas zonas de origem ou circunvizinhas. Todos estes grupos perderam as suas machambas, suas zonas de pesca, gado e animais de pequena espécie, emprego, pequenos negócios e outros meios de subsistência; os laços familiares e comunitários, incluindo as relações sociais de produção, ficaram fragilizados; e tinham de submeter-se, nas zonas de chegada, a condições de vida degradantes caracterizadas, geralmente, pela falta ou escassez de serviços básicos de educação e saúde, alimentos, água e saneamento.

Recentemente, de 2017 a 2021, como consequência da intensificação e expansão das ações terroristas em curso no norte de Cabo Delgado, cerca de 1 milhão de pessoas deslocaram-se. A maior parte dessas pessoas foram reassentadas em *Centros de Reassentamento* em Pemba, Vila de Montepuez, Posto Administrativo de Mapupulo (distrito de Montepuez), e nos distritos de Ancuabe, Balama, Chiure e Metuge na Província de Cabo Delgado; Corrane, distrito de Meconta, na Província de Nampula; e Marrupa, em Niassa, entre outros.

Feijó et al. (2022) reporta que grande parte destes deslocados vive em habitações não convencionais, em precárias condições de saneamento (sem latrinas melhoradas, por exemplo), sem acesso a água potável e energia elétrica, com dificuldades de aceder a terra e com insegurança alimentar, com difícil acesso aos serviços de educação, saúde e transporte, com dificuldades de acesso a terra e de prática da pecuária e pesca, sem emprego e nem oportunidade de exercer a cidadania (ibidem, p.11-31). Os mesmos autores referem que os deslocados reassentados nos centros recebem apoios do Estado e das ONGs, no entanto, as condições de vida não são boas relativamente às que tinham nas zonas de origem. Apesar disso, cerca de 80% dos deslocados não tem perspetiva de voltar às zonas de origem.

Este é o quadro geral das reais condições de vida dos deslocados reassentados em vários centros. É a partir deste quadro que este trabalho analisa, de forma específica, as condições de vida, os apoios e os desafios dos deslocados reassentados no Centro de Reassentamento de Corrane, distrito de Meconta, Província de Nampula.

2. Objetivos, metodologia, relevância e participantes do estudo

2.1. Objetivos, metodologia, relevância do estudo

Este trabalho consiste numa pesquisa exploratória, qualitativa e de campo com objetivo geral de analisar as condições de vida dos deslocados reassentados no Centro de Corrane, o qual se desdobra em três ações concretas ou objetivos específicos, que são: (i) Caracterizar as condições de vida dos deslocados; (ii) Descrever as ações de apoio desenvolvidas pelas organizações governamentais e não-governamentais; e (iii) Identificar os desafios que os deslocados enfrentam.

Para a realização do processo de recolha de dados recorreu-se a entrevistas semiestruturadas e observação não-participante. No total foram realizadas 7 entrevistas, 4 grupais (as quais foram realizadas com dois grupos masculinos e dois femininos) e 3 entrevistas individuais com os chefes locais, nomeadamente Chefe do Posto Administrativo de Corrane, dos bairros de Nampula e de Namialo, dois dos três que compõem o CRC.

A escolha da técnica de entrevistas grupais deveu-se ao facto de estas serem económicas em termos de gestão de tempo e permitirem o aprofundamento das matérias em estudo, na medida em que as informações obtidas resultam de um debate dos participantes. A separação dos grupos por sexo possibilitou, também, o aprofundamento das entrevistas sobre os conteúdos em análise, particularmente as que dizem respeito às mulheres.

A observação não-participante, enquanto técnica de recolha de dados, consistiu na observação de vários elementos que caracterizam a vida dos deslocados no Centro de Reassentamento de Deslocados, sobre o ordenamento territorial, as infraestruturas, entre as quais as habitações, fontes e sistemas de armazenamento e distribuição de água.

A análise de conteúdo foi a ferramenta usada para analisar as diversas informações. Apesar das informações obtidas das entrevistas com os deslocados terem maior peso, o estudo recorreu a revisão bibliográfica e estudo documental. Nesta perspetiva, como recomenda Triviños (1987), a análise de conteúdo resumiu-se em elementos ou fases, designadamente: seleção das informações relevantes (pré-análise), confrontação das mesmas (descrição analítica) e a construção de inferências (interpretação inferencial). Nesta última fase, o autor estende a recomendação ainda de que o pesquisador não se limite exclusivamente ao conteúdo manifesto, mas procure também desvendar o conteúdo latente.

A relevância deste estudo reside não apenas no facto de ser uma importante contribuição para o debate académico sobre as consequências sociais do terrorismo, mas também serve de ponto de partida para outras pesquisas que visem aprofundar certos aspetos e/ou para desenho de projetos de *intervenção social*, por parte de pessoas singulares e coletivas, Governo e organizações não estatais interessadas (ONGs incluindo Organizações da Sociedade Civil), em prol da melhoria das condições de vida dos deslocados.

2.2. Dados dos participantes do estudo

A pesquisa envolveu 33 pessoas: três chefes locais, todos homens (vide tabela 2) e 30 deslocados (14 homens e 16 mulheres) (tabela 1). Os deslocados que participaram da pesquisa foram distribuídos em 4 grupos focais e separados por sexo (vide tabela 1). Ambas as tabelas mostram que, dos 33 participantes da pesquisa, 16 foram mulheres e 17 homens, correspondente a 48,5% e 51, 5%, respetivamente. Os grupos focais foram formados com a ajuda dos chefes locais. Deste modo, coube aos chefes locais (também conhecidos localmente como secretários dos bairros) identificar os participantes e escolher o local de entrevista.

Quadro 1: Número e código dos deslocados participantes

Ordem	Código	Número de Participantes	Sexo
1º Grupo	GF1	8	Masculino
2º Grupo	GF2	10	Feminino
3º Grupo	GF3	6	Feminino
4º Grupo	GF4	6	Masculino
Total		30	

Fonte: Autores, 2023

Quadro 2: Número e código de Chefes Locais participantes

Ordem	Código	Número de participantes	Sexo
1º Grupo	CL1	1	Masculino
2º Grupo	CL2	1	Masculino
3º Grupo	CL3	1	Masculino
Total		3	

Fonte: Autores, 2023.

3. Breve caracterização do Centro de Reassentamento de Deslocados de Corrane

O Posto Administrativo de Corrane fica localizado no Distrito de Meconta, que se localiza na região central da província de Nampula, norte de Moçambique. Com a sede do mesmo nome, geograficamente, o distrito de Meconta é limitado pelo Distrito de Muecate, a Norte; distrito de Nampula, a Oeste; distrito de Mogovolas, a Sul; e pelos distritos de Mogincual e Monapo a Este.

Segundo o Ministério de Administração Estatal [MAE] (2005), o distrito de Meconta tem 4 Postos Administrativos, nomeadamente: Meconta Sede, Namialo, Corrane e 7 de abril. A população do distrito de Meconta é predominantemente da etnia *Macua*, falante da língua *emakhuwa* e conservadora dos usos e costumes ancestrais. Um dos usos e costumes que os *Macuas* preservam é a realização de casamentos depois dos ritos de iniciação femininos e masculinos, *imwali* e *aluku* respectivamente. A população *Macua* é originária das grupos *Nkasi*, *Selege*, *Mirassi*, *Mulima*, *Laponi*, *Mavele* e *Iage*.

Imagem 1: Mapa de Localização do Posto Administrativo de Corrane

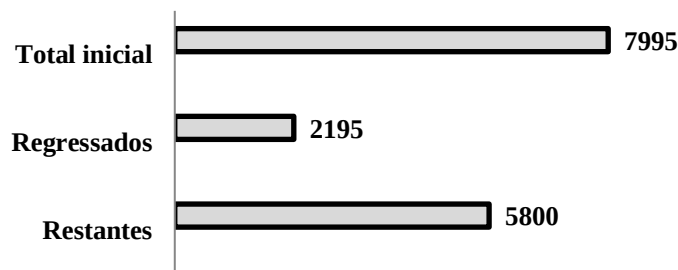


Fonte: <https://www.nampula.gov.mz/por/O-Governo/Divisao-Administrativa>

Historicamente, o Posto Administrativo de Corrane é tido como a porta de entrada dos portugueses no distrito de Meconta. Narra-se que, em 1906, no âmbito da ocupação colonial portuguesa da região da *macuana*, “o grupo português que entrou em Meconta era chefiado por Neutel de Abreu e tinha a sua residência em Corrane, onde até se encontra um monumento erguido em sua memória. Os portugueses ocuparam a região, vindos de Mogincual e facilitados pelo chefe tradicional Mucapera” (MAE, 2005, p. 8).

O CRC foi criado pelo Governo e seus parceiros em 2020. O Centro localiza-se a Oeste da sede do Posto Administrativo Corrane Sede, particularmente na zona de Mucupassa, a escassos quilómetros da antiga Missão de Corrane, da Igreja Católica, implantada no período colonial. Segundo o Chefe do Posto (CL1, Comunicação pessoal, 3 de outubro 2023), “inicialmente estavam reassentados no CRC 7.995 deslocados vindos de vários distritos; depois da redução das ações terroristas e restabelecida parcialmente a segurança, voltaram às suas zonas de origem 2.195 e permaneceram no CRC 5.800”.

Gráfico 2: Deslocados reassentados inicialmente, regressados e restantes



Fonte: Elaborado pelos Autores a partir do CL1, 2023

O gráfico acima ilustra que 27,5% dos 7.995 deslocados inicialmente reassentados no CRC regressou às suas zonas de origem e 72,5% permanece no CRC. Portanto, a maior parte dos deslocados permanece no Centro. Alguns deslocados que permanecem no Centro esperam regressar às suas zonas de origem quando as condições de segurança estiverem totalmente repostas e a maioria decidiu ficar definitivamente e restabelecer as suas vidas em Corrane, como conta um dos chefes locais.

Os deslocados consideram que as aldeias de origem ainda não estão totalmente seguras, ainda até hoje acontecem ataques [...]. Além disso, durante os ataques dos terroristas, as pessoas viram coisas horríveis e não querem voltar aos mesmos locais onde viram essas coisas [...]. (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Com alguns parentes regressados, certos deslocados regularmente saem em visita aos seus familiares que regressaram às aldeias de origem, e depois voltam ao Centro. Além disso, as famílias que estão no Centro e as que regressaram às suas zonas de origem estão em permanente comunicação. Assim, com as visitas e a comunicação regulares, mantem-se intacta a ligação social entre os deslocados residentes no Centro e os seus parentes que regressaram às suas zonas de origem.

As pessoas vão visitar famílias que regressaram às zonas de origem e voltam imediatamente. Mas, ouvimos que os deslocados regressados estão a sofrer [...], porque em algumas zonas estão constantemente a correr de um lado para outro e não dormem sossegados. Quando há ataque na aldeia eles fogem para outros locais, quando o ataque termina eles voltam à sua aldeia [...]. Mas, há comunicação entre os que regressaram e os familiares que ficaram (CL2, Comunicação pessoal, 19 de novembro de 2023).

A respeito da comunicação e manutenção da relação social entre os regressados e os que ficaram no Centro, o Comité Internacional da Cruz Vermelha [CICV] (2004) diz que o restabelecimento das comunicações em situações de guerra, entre as zonas que recebem deslocados internos ou refugiados e as regiões onde ocorre conflito, traz alívio e sossego às famílias separadas. Ainda nesta linha de pensamento, Dias (2015) considera que a comunicação é um sistema de interação e integração através do qual os membros das famílias mantêm os seus laços e equilíbrio nas suas relações e dos seus valores.

Os deslocados reassentados no Centro têm acesso a energia elétrica, água e serviços de educação e saúde. Os alunos deslocados, ou seja, os filhos e educandos das famílias deslocadas foram enquadrados nas escolas (primária e secundária) locais. No que diz respeito ao serviço de saúde, as autoridades colocaram um Posto de Socorro no local.

4. Origem e relações sociais entre os deslocados

Como referimos na introdução, as ações terroristas afetaram diretamente muitos distritos do norte e centro da província de Cabo Delgado. Entre os distritos afetados, as ações terroristas tiveram maior incidência nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Macomia e Muidumbe. Deste modo, no geral os deslocados reassentados no CRC vêm de vários distritos, mas a maior parte deles são originários dos distritos de Muidumbe e Macomia.

Neste Centro de Reassentamento vivem deslocados vindos de vários distritos: de Mocímboa da Praia, Nangade, Palma, Muidumbe e Macomia. Mas, o maior número de pessoas deslocadas aqui existente vem de Muidumbe e Macomia (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Apesar de serem provenientes de diversos distritos, os deslocados reassentados no CRC comunicam-se normalmente em três línguas principais. *Não há problema de comunicação entre os deslocados, maioritariamente eles comunicam-se em e-makhuwa, ki-mwani, shi-maconde, mas há uns e outros que falam ki-swahili.* Esta diversidade que faz o mosaico etnolinguístico que caracteriza os deslocados reassentados no CRC é confirmada pelo Governo Provincial de Cabo Delgado (2017) ao publicar, na sua página oficial, que a maioria da população de Cabo Delgado tem como língua materna o *emakhuwa*, com 66.8%, seguido do *sh-imakonde*, mais falada no planalto de Mueda, com 21.8%, e em terceiro lugar, o *ki-mwani*, mais falada no litoral, com 6.1%. Entre as outras línguas faladas, incluem-se o português, com cerca de 22.2%; *ki-swahili*, mais falada na zona fronteiriça com a Tanzânia e *Ajaua*, mais falada junto à Província do Niassa.

5. As condições de vida dos deslocados

Nesta parte, faz-se a descrição das condições reais que caracterizam a vida dos deslocados do CRC. De forma específica, descreve-se as condições relativas à habitação, água e saneamento, acesso aos serviços de educação e saúde, acesso a terra, produção de escolha dos chefes locais e relações entre os deslocados e as populações nativas, também chamadas de comunidades acolhedoras.

5.1. Habitação

O número 1 do artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009) dita que todo o ser humano tem direito a um conjunto de elementos, incluindo a habitação, como requisitos para ter dignidade e desenvolver a cidadania. Assim, quando as famílias deslocadas chegaram a Corrane, o Governo e seus parceiros viram-se no imperativo de lhes oferecer uma habitação com base em recursos locais.

Durante o processo de construção de casas no CRC, as famílias deslocadas viviam em tendas, como abrigo temporário. Seguiu-se a construção das casas provisórias, estimadas em cerca de 500 casas definitivas feitas de material local, quadrangulares e com cobertura de chapas de zinco cinzento e em tetos de “quatro-águas”. O CRC é um espaço ordenado territorialmente,

pelo que as casas estão organizadas em linha e separadas por ruas suficientemente largas como ilustra a imagem 3.

**Imagem 2: Casa modelo para deslocados no Centro de Reassentamento de Corrane -
Vista panorâmica da parte central do Bairro Nampula**



Fonte: Autores, 2023

Como se pode ver na imagem 3 acima, as casas das famílias deslocadas são todas de material não convencional, são quadrangulares e as paredes são de uma estrutura constituída por bambus, paus e cordas. Os bambus e paus são amarrados com corda e depois maticados com lama ou matope (massa de areia). As casas estão distribuídas em três bairros: Nampula, Namialo e Monapo. A atribuição do nome de cada um dos três bairros tem a ver com o lugar de onde as autoridades governamentais transferiram cada pessoa ou família para posterior acolhimento no Centro. Uns foram transferidos do distrito de Monapo, outros do Posto Administrativo de Namialo, distrito de Meconta, e ainda outros da Cidade de Nampula.

Devido às constantes entradas e saídas de deslocados no Centro, as autoridades não têm o número atualizado de deslocados em cada bairro. Porém, como ilustra o gráfico 3, o CRC tem no total 32 quarteirões, sendo que o bairro de Nampula é o mais extenso, com 13 quarteirões, seguido de Namialo com 12 quarteirões e, por último, o bairro de Monapo com 7 quarteirões.

Gráfico 3: Número de quarteirões do Centro de Reassentamento



Fonte: CL2, 2023

A materialização do projeto de construção de casas resultou de uma conjugação de ações entre o Instituto Nacional de Gestão de Redução do Risco de Desastres (INGD), instituição governamental responsável pelo apoio a deslocados de fenómenos humanos e naturais, Organizações Não-Governamentais, como a ACNUR, CARITAS e CEDES, e os próprios reassentados, ou seja, os deslocados reassentados também se envolveram ativamente no processo de construção das suas próprias casas.

A CARITAS, o ACNUR e o CEDES fizeram a construção de abrigos, enquanto o INGD fez a organização do Centro de Reassentamento). Além de construir abrigos, o CEDES apoiou a criação de 8 ou 9 associações de produção de hortícolas (GF4).

Entretanto, as famílias deslocadas gostariam de ter casas melhoradas, feitas de material convencional e duradouro, ou seja, feitas de bloco de cimento ou tijolo queimado.

O Governo e outras organizações construíram e deram-nos as casas [...]. Mas, nós queríamos casas de bloco de cimento ou tijolo queimado, estas casas [que temos] estão a ser atacadas por “murro muche¹”, quando chegar uma tempestade forte vai varrer tudo, porque o “muro-muche” esta a roer os paus. Nesta zona predomina o “muro-muche”, mas estamos aguentando assim mesmo [...] (CL3, Comunicação pessoal, 3 de outubro de 2023).

O tipo de habitação modelo do Centro de Reassentamento é a palhota com pavimento de terra batida, teto de chapas zinco e paredes de caniço ou paus. De facto, a construção das casas dos deslocados resultou de uma intervenção conjunta entre o Governo e seus parceiros. Peixoto (2000) reconhece que a habitação é, sem dúvida, a expressão mais visível da condição social das populações. No entanto, o mesmo autor diz que há necessidade, sempre que possível, de se empreender esforços adicionais no sentido de se oferecer habitações condignas às famílias necessitadas, por parte do Estado.

5.2. Energia, água e saneamento

No sector de energia, o Governo Provincial de Nampula, através da empresa Eletricidade de Moçambique (EDM), Área de Distribuição de Nampula, fornece energia elétrica ao CRC. A EDM estendeu a linha da energia da rede nacional até ao Centro e criou condições para que este tenha iluminação pública através de colocação de lâmpadas nas ruas. No entanto, o pagamento do consumo é da responsabilidade de cada família, ou seja, cada família compra a energia que consome, como diz um morador e um dos chefes locais

Sim, o Governo trouxe a energia elétrica, mas nem todas as famílias têm essa energia. As famílias que não conseguem ter dinheiro para pagar energia, as suas casas estão escuras. Não é fácil para aqueles que não tem dinheiro para comprar energia [...] (CL3, Comunicação pessoal, 3 de Outubro de 2023).

¹Em Moçambique, o termo “muro muché” ou “morro muchém” refere-se a ninho de térmitas ou termiteira. Trata-se de ninhos que as próprias térmitas constroem e vivem em comunidade. Por vezes, as térmitas constroem o seu ninho em casas construídas de material não convencional (por exemplo casas feitas de capim, madeira, bambu ou paus) e roem o material transformando-o em pó, afetando a sua estrutura ou mesmo destruindo a casa.

As famílias que não dispõem de recursos para custear o consumo de energia elétrica da rede nacional recorrem ao uso de baterias e painéis solares como alternativas para satisfazer as suas necessidades domésticas.

Os deslocados que não têm energia [elétrica] nas suas casas, usam lâmpadas que acendem com baterias, pilhas ou painéis solares. Mas, esse tipo de energia não é suficiente para tudo o que as famílias precisam (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

No que diz respeito ao serviço de água, o CRC beneficia de um sistema de captação, armazenamento e distribuição de água. Por meio deste sistema, construído pelo Governo de Moçambique, no âmbito do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), a água é extraída dos furos e bombeada para os tanques altos para o seu armazenamento (vide imagem 4) e depois é distribuída pelos três bairros dos deslocados, através de uma rede de 12 fontenários.

O PRONASAR é um programa desenvolvido em conjunto entre o Governo de Moçambique e os parceiros de desenvolvimento, ONGs, setor privado, membros das comunidades locais, e outras partes interessadas a nível central, provincial, distrital e local. Este programa foi criado através do Diploma Ministerial nº 258/2010 com o objetivo de acelerar a cobertura de água e saneamento no meio rural, no âmbito da política de Abastecimento de Água e Saneamento, respeitante aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Ministério das Obras Públicas e Habitação [MHOPH], 2010).

Imagem 3: Sistema de abastecimento de água do Centro de Reassentamento de Corrane instalado no Bairro Nampula, no âmbito do PRONASAR



Fonte: Autores, 2023

Contudo, o sistema não tem a capacidade suficiente para fornecer água a todos os deslocados, daí que, para satisfazer as suas necessidades domésticas, os deslocados não abrangidos recorrem a pequenos poços ou furos, ao sistema de fontenários de canalização na vila da localidade de Corrane ou vão mesmo buscar a água dos rios ou lagos. Relativamente a esta

matéria, os deslocados dizem que o CRC tem 12 fontenários distribuídos irregularmente pelos três bairros.

Temos 5 fontenários de água no bairro de Namialo; 1 fontenário em Monapo; e 6 fontenários em Nampula (GF3).

O maior número de fontenários está no bairro Nampula por ser o mais extenso de todos, com 13 quarteirões, seguido pelo bairro Namialo e por último o bairro Monapo.

Quanto ao saneamento do meio ambiente, duas ações são visíveis no CRC: construção de latrinas melhoradas e depósito de resíduos sólidos em aterros. O projeto de construção de latrinas, que numa primeira fase beneficia os idosos e deficientes físicos, foi desenvolvida pela Visão Mundial, a mesma Organização Não-Governamental que treinou os deslocados a colocarem o lixo em aterros apropriados.

Aqui, Centro de Reassentamento de Corrane, a Visão Mundial, com a nossa colaboração, como deslocados beneficiários, desenvolve atividades relativas ao saneamento do meio (GF4).

Saneamento é o conjunto de medidas que visam preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de promover a saúde e prevenir doenças. Este é um componente vital, pois impacta diretamente a vida dos cidadãos. Por isso, a OMS (s/d) diz que os serviços de saneamento básico são essenciais não só para a manutenção de uma boa qualidade de vida, mas também para a prevenção de doenças.

A má qualidade da água, má deposição de dejetos, tratamento inadequado do lixo ou em ambientes poluídos são reflexos da falta deste serviço, e potencial vetor de proliferação de doenças. As doenças com maiores incidências devido a falta de saneamento são: Leptospirose, Disenteria Bacteriana, Esquistossomose, Febre Tifoide, Cólera, Parasitoides, além de proliferação de epidemias como a dengue. A diarreia aguda e a cólera, segundo o UNICEF (s/d), podem ser causadas por falta ou déficit de saneamento.

5.3. Acesso aos serviços de educação e saúde

Internamente, o CRC não dispõe de escola nem centro de saúde. Para acederem a esses serviços, os deslocados deslocam-se à localidade de Mucupassa ou à sede do Posto Administrativo.

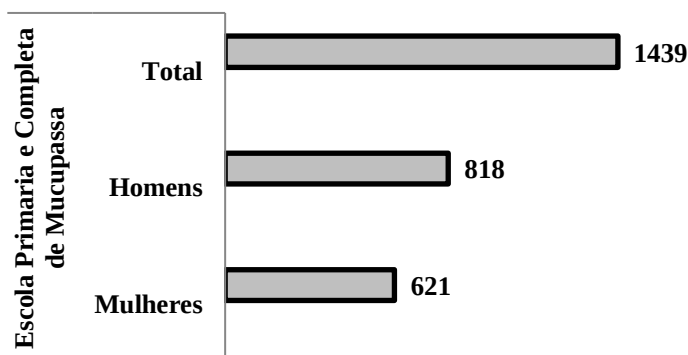
Neste contexto, para acederem ao serviço de educação, as crianças e adolescentes das famílias reassentadas foram enquadradas nas escolas locais, nomeadamente a Escola Primária e Completa (EPC) de Mucupassa e Secundária de Corrane, esta última localizada na sede do Posto Administrativo de Corrane, num percurso de cerca de 8 km de distância. Como ilustram os gráficos 4 e 5, pouco menos de 2.000 alunos frequentam os dois níveis de escolaridade, primário e secundários, de acordo com o Chefe Local: “No presente Ano Escolar de 2023, um total de 1.800 alunos deslocados frequentam as duas escolas locais: 1.439 alunos na EPC de Mucupassa e 351 alunos na Escola Secundária” (CL1, Comunicação Pessoal, 3 de outubro de 2023).

Apesar da longa distância que os alunos percorrem para acederem a estes estabelecimentos de ensino, as famílias dos alunos agradecem o esforço do Governo local pela oportunidade que os

seus filhos e educandos têm de continuar com os seus estudos juntamente com os alunos das comunidades acolhedoras de Mucupassa e da sede do Posto Administrativo.

Temos sim acesso aos serviços de educação, os nossos filhos têm oportunidade [...].
(GF2)

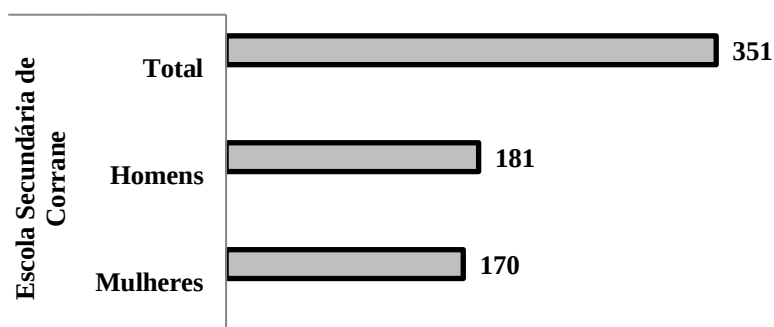
Gráfico 4: Alunos deslocados enquadrados na EPC de Mucupassa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do CL1, 2023

No ensino primário, dos 1.439 alunos enquadrados na EPC de Mucupassa, 818 são rapazes e 621 raparigas, o que corresponde a 56,8% e 43,2% respetivamente.

Gráfico 5: Alunos deslocados enquadrados na Escola Secundária de Corrane



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do CL1, 2023

No ensino secundário, de um total de 351 alunos deslocados enquadrados na Escola Secundária, 181 são do sexo masculino e 170 do sexo feminino, equivalente a 51,5% e 48,5%, respetivamente. Os gráficos 4 e 5 mostram claramente que, quer no ensino primário quer no secundário, a adesão da rapariga à escola é de algum modo significativa, porém, é ligeiramente inferior que a dos rapazes, num universo total de pouco mais de mil raparigas em idade escolar.

Relativamente ao serviço de saúde, segundo os deslocados entrevistados, no CRC não há hospital, mas sim um pequeno Posto de Socorro. Entretanto, alguns deslocados consideram o

Posto de Socorro como um Hospital, queixando-se apenas da sistemática falta de medicamentos.

Sim, temos [um hospital], mas ali no hospital há sempre falta de medicamentos. É normal ir ali no hospital dizer que estou doente, se você está com dor de cabeça te dão medicamento de cabeça, o outro que está com dores de barriga entregam também medicamento de cabeça, outro com dores de dente também é dado medicamento de cabeça. Então quase é único medicamento que tem ali para todas as doenças (GF3).

Outros deslocados chamam-no mesmo de Posto de Socorro, e lamentam o horário de funcionamento que, segundo eles, é muito curto, porque o posto funciona apenas 5 horas, ou seja, abre às 09 horas da manhã e fecha às 14h. Diante deste cenário, quando as pessoas adoecem à noite, são obrigadas a deslocarem-se ao Posto de Saúde na sede do Posto Administrativo de Corrane, percorrendo uma distância de 8 km.

Temos posto de socorro. E nem é de socorro porque de noite não se trabalha. Só abre das 9 às 14h, depois fecha. Quando temos um doente no período noturno levamos ao Posto de Saúde, localizado na sede do Posto Administrativo, andando uma distância de 8km. O Posto de socorro tem serviços de assuntos de crianças e de adultos. Tem farmácia, mas o medicamento não chega um mês (GF4).

Além do horário de funcionamento do Posto de Socorro ser curto e da recorrente falta de medicamentos no mesmo, os deslocados, sobretudo as mulheres, estão muito preocupadas com as condições em que ocorrem os serviços de partos.

[...] na área da saúde ainda temos muitas dificuldades, porque o hospital é longe, e aqui só tem tendas para consultas rápidas. Nas tendas não tem parteiros, a criança nasce em péssimas condições, ou vamos pedir apoio no centro de saúde na vila, mas é muito difícil ter acesso aos serviços de saúde. Principalmente nós as mulheres sofremos [...] (GF2).

Outros deslocados queixam-se ainda da falta ou insuficiência de pessoal no Posto de Socorro e do atendimento dos poucos funcionários que existem.

[...] nós não temos enfermeiros aqui é normal você ir ao hospital encontrar enfermeiro te devolver a dizer que você chegou lá tarde. [...] nós estamos mal, medicamento nunca encontramos no hospital, o Governo pode trazer medicamento às 07 horas até às 14 horas ir não encontrar medicamentos (GF1).

O conceito de saúde é entendido como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não se restringe ao problema sanitário ou às doenças. Nesta perspectiva, a OMS (s.d.) recomenda que a promoção de saúde deve ser prioridade enquanto princípio orientador das ações de saúde em todo o mundo. Assim, parte-se do pressuposto de que um dos mais importantes fatores determinantes do bem-estar de uma comunidade é a promoção e o acesso aos serviços básicos de saúde de qualidade, o que não acontece no CRC.

5.4. Acesso à terra

A terra é um recurso natural vital sem o qual nenhuma *comunidade local* vive. A Lei de Terras (Lei 19/97, de 1 de outubro) define *comunidade local* como sendo um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da projeção de áreas habitacionais, áreas agrícolas,

sejam cultivadas ou em pousio, [áreas de pesca], florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (ibidem, p. 15).

Em Moçambique, no meio rural, o nível de dependência das comunidades locais à terra é relativamente maior do que nas zonas urbanas. A maior dependência das comunidades rurais relativamente à terra deve-se ao facto de que a terra é a principal fonte de produção de alimentos e garantia da segurança alimentar, geração de renda e das relações económicas e sociais. Este facto, portanto, confere à terra maior importância na vida das pessoas e famílias de forma particular e das comunidades locais como um todo.

Com a chegada de quase 8 mil deslocados a Corrane, a terra tornou-se um bem mais procurado. Essa demanda não se deveu apenas ao facto de que as famílias deslocadas precisam da terra para fazer *machambas* (cultivos, terrenos agrícolas) para produção de alimentos como base da sua subsistência, mas também para procura de outros recursos como, por exemplo, a lenha ou o capim para fins domésticos.

As necessidades das comunidades locais nativas e das famílias deslocadas sobre a mesma terra criaram, de certa forma, um cenário de disputa ou conflito. Neste contexto, o acesso à terra, por parte de um número não especificado de deslocados reassentados no CRC, tem sido um desafio, sobretudo o acesso definitivo de um espaço para fazer *machambas* como única fonte de sobrevivência das famílias. Inicialmente, o acesso à terra, sobretudo por parte dos primeiros deslocados, foi facilitado pelo Governo, como descrevem alguns deslocados:

Quando acabávamos de chegar, o Governo deu a nós deslocados lugar para poder capinar, cada um com sua parte, todas pessoas (GF2).

Temos machambas que foram distribuídas pelo INGD e também nos emprestaram machambas com os nativos (GF3).

Os primeiros deslocados receberam terrenos dados pelo Governo. Mas, hoje, muitas pessoas conseguem terreno por amizade com as famílias acolhedoras (GF4).

Mais tarde, de facto, o acesso a terra tornou-se difícil para os deslocados. Alguns foram arrancados às terras que lhes tinham sido distribuídas, e são obrigados a alugar para continuar a produzir alimentos para sua alimentação.

[...] O Governo deu-nos a terra, mas quando os chefes foram, os donos da terra vieram e nos arrancam dizem: 'essa é minha machamba, vocês são machababe², fugiram fome e vieram aqui levar nossas terras, nossas machambas [...], voltem para vossa terra, não queremos vocês aqui'. E, nós, só ficamos no silêncio porque não temos onde ir, estamos a sofrer e tentar formas de viver [...]. (GF2).

² O termo “machababe” é o plural da palavra “Al-Shabaab”, o nome pelo qual é chamado o grupo terrorista que opera em Cabo Delgado. Oficialmente, o grupo terrorista é conhecido por “Ahlu Sunna Wal Jammaa” ou “Ansar al-Suna Wa-Jamaa” (ASWJ), no entanto, localmente, devido às suas semelhanças com o grupo terrorista Al-Shabaab da Somália, é chamado por “Al-shabaab”, “machababe” ou “machababo”. O caso apresentado neste trabalho, em específico, o termo “machababe” foi empregue de forma pejorativa ou como um rótulo, atribuído aos deslocados reassentados no Centro de Reassentamento de Corrane, pelos nativos.

[...] Deram-nos a terra para fazer machamba, mas os donos depois arrancam-nos. É difícil conseguir um terreno permanente para machamba. Agora alugamos por 1000 Mts cada espaço, mas depois os donos arrancam (GF4).

Diante deste cenário, as autoridades locais do Governo reconhecem a existência de conflitos relativos ao acesso da terra entre os nativos e alguns deslocados, mas dizem que, em alguns casos, os deslocados é que são os responsáveis do problema.

Para evitar conflito, inicialmente cada família deslocada e nativa recebeu do Governo 1,5 hectares de terra para fins agrícolas. O que aconteceu foi que quando alguns dos deslocados regressavam às suas zonas de origem concederam a sua terra a outras famílias. Quando os nativos tomaram conhecimento do regresso de alguns deslocados foram reaver as suas terras. Pouco tempo depois, ao regressarem ao Centro, os deslocados que estavam nas suas zonas de origem, e querendo recuperar as suas terras, surgiram conflitos, porque os nativos não aceitaram. Daí, os mesmos deslocados começaram a aliciar os nativos para alugarem as mesmas terras que lhes tinham sido anteriormente atribuídas pelo Governo, não significa que os nativos estão a cobrar pelo aluguer de terras [...] (CL1, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

No ordenamento jurídico e legal moçambicano, especificamente à luz da Lei de Terra, Lei 19/97, de 1 de outubro, o Estado é a única entidade que detém a propriedade de Terra. No entanto, as pessoas singulares e coletivas, quer nacionais assim como estrangeiras, incluindo comunidades locais têm o direito de uso e aproveitamento de terra. Ao abrigo da mesma lei, existem várias formas de uso e aproveitamento da terra; uma dessas formas é a exploração familiar, que consiste no desenvolvimento de uma “atividade de exploração da terra visando responder às necessidades do agregado familiar, utilizando predominantemente a capacidade de trabalho do mesmo” (ibidem, p. 16).

Os depoimentos dos deslocados acima mostram que no início o Governo e seus parceiros deram acompanhamento relativamente ao acesso à terra, incluindo a provisão de sementes, mas depois os deslocados foram deixados à sua sorte.

De facto, inicialmente o Governo distribuiu cerca de 150 a 200 hectares aos deslocados e os nativos para fazerem suas machambas, mas os nativos arrancaram grande parte do espaço dado aos deslocados [...]. Os nativos esperam você fazer o derrube e limpeza da machamba, e depois ele vem arrancar [...] (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro).

Relativamente aos esforços de resolução desses conflitos, não se vislumbram estratégias possíveis. Nem o Governo Provincial, muito menos as autoridades locais conseguem adotar estratégias de gestão ou resolução do conflito. Devido a falta dessas estratégias, ainda que de forma não generalizada, os conflitos de terra prevalecem e estão longe de terminar.

[...] Nós sentimos que não é por falta de vontade, mas o Chefe do Posto e o da Localidade não estão a conseguir resolver este conflito, parece que são lentos na resolução deste conflito de terra [...] e, também, a resposta do Secretário de Estado está a demorar [...] (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Dada a morosidade na resolução do conflito de acesso à terra para atividades agrícolas por parte das autoridades do Governo local, e a necessidade da produção de alimentos para a subsistência das suas famílias, os deslocados encontraram uma alternativa. Esta alternativa

consiste na construção de relações sociais baseadas na amizade com os nativos. A partir das boas relações, alguns deslocados conseguem aceder a terra suficiente para o desenvolvimento de atividades agrícolas, conta o Chefe do Bairro Nampula.

A maior parte das machambas que os deslocados têm atualmente não resultam do esforço do Governo, os deslocados adquiram com base na amizade (e boa vontade de alguns nativos). Sem criar relações de amizade com os nativos, e pedir-lhes machamba para fazer machambas, é difícil você viver aqui em Corrane [...] (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

No entanto, apesar das dificuldades no acesso à terra, e dos conflitos gerados à volta deste recurso, existem casos de sucesso, nos quais alguns deslocados tiveram a oportunidade de aceder a terra e têm produzido como se estivessem nas suas zonas de origem. Um desses casos de sucesso é o do Chefe do Bairro Nampula.

[...] Graças a Deus tenho uma machamba 10 hectares e tenho produzido muito. Na época agrícola passada (2022-2023), a minha produção total foi de 125 sacos de 50 quilogramas: 3 de arroz, 12 de gergelim, 50 de milho e 60 de mandioca seca. Graças a Deus não passei fome [...] (CL2, Comunicação Pessoal, 3 de outubro e 29 de novembro de 2023).

E, entre os poucos deslocados bem-sucedidos na produção agrícola, há quem planifique em estender a sua área de produção nesta época agrícola 2023/2024 e nas próximas, desenvolvendo, inclusive, culturas de rendimento como, por exemplo, o cajueiro.

Na presente época agrícola tenho programa de preparar 12 hectares: 6 hectares para milho e mandioca e os restantes arroz e gergelim. Neste momento estou, também, a planificar uma machamba de cajueiros, assim estou a preparar o terreno e já tenho a semente para semear. A castanha rende dinheiro, na minha terra de origem [no Posto Administrativo de Chai, Distrito de Macomia] eu ganhava muito com a venda de castanha de caju. Por isso, quero produzir castanha aqui também [...] (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Na campanha agrícola passada, 2022/2023, uma machamba de um desses deslocados bem-sucedidos, na área agrícola, foi visitada pelos membros do Governo local, representados pelo Chefe do Posto de Corrane, como ilustra a imagem 5, abaixo.

Imagem 4: Chefe do Posto Administrativo de Corrane visitando machamba de milho e outras culturas de um deslocado residente no Centro de Reassentamento de Corrane



Fonte: CL1, 2023.

Nos primeiros anos, particularmente nos períodos agrícolas de 2020/2021 e 2021/2022, os deslocados receberam sementes de algumas ONGs parceiras do Governo, mas depois não tiveram a mesma oportunidade.

Nas épocas agrícolas passadas, 2020/2021 e 2021/2022, recebemos sementes diversas do CEPA e OLIPA-ODES. Eram sementes de milho, amendoim, feijão bóer e feijão manteiga (GF4).

Como já vimos, o acesso à terra tem gerado conflitos entre os deslocados e a população local. Esta situação, como observa Mandamule (2011), ocorre frequentemente no meio rural, porque, além de constituir a fonte primeira de subsistência das famílias, a terra tem um valor e significados sagrados, por um lado, pela ligação que esta cria com os ancestrais e, por outro, pelo poder que ela confere a quem é, legal ou tradicionalmente, o legítimo responsável pela sua gestão. As normas de reciprocidade enraizadas e partilhadas pelos indivíduos envolvidos na relação com a terra, através do cultivo, produção, habitação ou culto aos ancestrais, criam uma certa ordem e estabilidade, que harmonizam a convivência em sociedade e facilitam a aceitação das normas. Mas esta relação também gera disputas entre as pessoas pela sua posse e uso ou aproveitamento.

A Lei de Terra moçambicana, Lei 19/97, de 1 de outubro, mostra que legalmente (*de jure*) a terra é propriedade do Estado. Mas a mesma Lei dá a entender que o Estado respeita o direito costumeiro ou consuetudinário, conferindo legitimidade de posse de terra às famílias e às comunidades locais, como, *de facto*, os donos legítimos da terra. Esta legitimidade forja-se da ancestralidade, da pertença e da vitalidade com que elas (famílias e as comunidades) se ligam

às suas terras nativas, sendo óbvia a sua luta em defesa desses elos. Portanto, o conflito de terra entre famílias nativas e *vientes* (deslocadas neste caso específico) deve ser visto como natural e normal. Porém, neste contexto, o Governo local, tirando partido do poder que ostenta, é chamado a gerir, mediar e resolver este conflito de modo que os deslocados usufruam do direito de uso e aproveitamento da terra, plasmado na mesma lei. E, ao longo do tempo, e de forma natural, os mesmos vão adquirir a legitimidade.

5.5. Acesso e produção de alimentos e segurança alimentar

5.5.1. Acesso e produção de alimentos

A população do distrito de Meconta, diz MAE (2005, p.6), desenvolve árvores de fruta, entre as quais, cajueiros, mangueiras, laranjeiras e limoeiros. A falta de sementes e de hábitos e a insuficiente qualidade da terra são questões que impedem um maior aproveitamento desta potencialidade. A caça e a pesca são também recursos de que Corrane dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. As gazelas, galinhas-do-mato e ratazanas são os animais mais caçados e importantes na dieta das comunidades locais.

Ainda MAE (2005, p.5) diz que a agricultura é a base económica de Corrane. Esta é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. Nesta perspetiva, a produção agrícola é feita em condições de sequeiro, nem sempre bem-sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Ora, as condições de vida das comunidades acolhedoras locais, em termos de acesso a terra e produção de alimentos, não são as mesmas dos deslocados. Na sua maioria, para se alimentarem, os deslocados dependem do PMA que tem vindo a ajudar os deslocados a suprir as necessidades alimentares; no entanto, esta ajuda não é suficiente, muito menos perene.

Verifica-se que o PMA dá ou dava aos deslocados produtos alimentícios, designadamente arroz, feijão e óleo vegetal. Inicialmente esses produtos eram dados mensalmente e em quantidades fixas. Por exemplo, cada membro de família recebia 10 kg de arroz; depois, cada família passou a receber 50 kg, independentemente do número do agregado familiar.

Antes recebíamos, mas este ano 2023, recebemos uma vez. Antes recebíamos 10kg de arroz a cada membro de família, depois recebemos 50kg toda família, independentemente do número do agregado familiar. Além de arroz, recebemos 10kg de feijão e 4 litros de óleo vegetal (GF4).

Entretanto, nota-se que, à medida que o tempo vai passando, a provisão de alimentos vai diminuindo. Por exemplo, de junho a novembro do ano 2023, os deslocados não receberam alimentos.

De junho a novembro [de 2023] não recebemos comida do PMA [...]. Só recebemos este dezembro. Agora estamos aliviados, todos nós estávamos mal porque não tínhamos comida, sobretudo as crianças, idosos e deficientes (CL2, comunicação pessoal, 14 de dezembro de 2023).

Este facto era espectável, porque o processo de provisão de alimentos pelo PMA iniciou-se em 2021, quando os deslocados acabavam de chegar ao CRC, e visava assegurar a sobrevivência dos mesmos, dado que vinham desprovidos de meios de sobrevivência. E, passados 3 anos, obviamente, esperava-se que estes tivessem aumentado a capacidade produtiva e, quiçá, conquistado segurança alimentar. Diante deste cenário, em que os alimentos não são fornecidos regularmente como outrora, urge a necessidade de os deslocados se engajarem mais no processo de produção de alimentos. Aliás, não obstante os conflitos de terra, os deslocados, desde a sua chegada ao Centro, produzem alimentos como alternativa, mas fazem-no para suprir a insuficiência de alimentos doados pelo PMA, ou seja, produzem em pequena escala para complementar a ajuda alimentar do PMA, e, geralmente, os alimentos produzidos são consumidos entre 8 e 10 meses.

A alternativa que encontramos foi de abrimos machambas, produzirmos mandioca, folhas de batata-doce, é única coisa de fácil cultivo e é fácil germinar e nos ajuda na alimentação (GF3).

[..], cultivamos produtos como, por exemplo, o milho, mandioca, feijão, mapira. Mas, os produtos que conseguimos não chegam para alimentar as nossas famílias durante 12 meses (GF4).

No entanto, o cenário atual mostra que o PMA não está em condições de prover alimentos regularmente como outrora, e isto exige dos deslocados maior capacidade de produção de alimentos (aplicandas novas técnicas agrícolas, alargando as áreas de cultivo e produzindo em grandes quantidades) para o consumo e venda. Ao aumentar a sua capacidade produtiva, por um lado, os deslocados deixam de depender estruturalmente do PMA e, por outro, de vender doados para comprar comida, como narram alguns deslocados.

Quando a nossa comida acaba vendemos os bens que recebemos (pratos, baldes, mantas, catanas) para alimentar as nossas famílias. Já não temos esses bens, porque trocamos por mandioca seca e milho (GF4).

No CRC, a dificuldade de produzir alimentos em quantidade suficiente não reside apenas nas famílias particulares, mas as associações agrícolas locais também têm a mesma dificuldade devido à escassez de água na região. Além da insuficiência de água, as associações debatem-se com a invasão de cabritos nas hortícolas. Estes dois problemas colocam as famílias e as associações numa situação difícil no que diz respeito à produção de alimentos suficientes para consumo e venda.

Existem 8 ou 9 associações que produzem hortícolas, mas tem dificuldades de água, as plantas secam. Aqui não há rio, só quando chove surgem riachos e depois secam. Mas, também as associações não têm transporte (GF4).

Outro problema é que, quando as hortas começam a desenvolver-se, cabritos invadem e estragam as plantas [...], as hortas serão vedadas para evitar invasão de cabritos, e isso vai permitir que as associações produzam um pouco mais [...] (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Avaliando pelos depoimentos dos deslocados, constata-se que quer a produção familiar assim como das associações, exceto poucos casos de sucesso, não está a ser bem-sucedida. E esta realidade está longe de satisfazer as demandas alimentares quantitativa e qualitativamente, de acordo com a recomendação da OMS (1961) segundo a qual há necessidade de produzir

alimentos básicos em quantidade e qualidade suficientes, não apenas para garantir a segurança alimentar, mas também para uma existência digna.

Para se alcançar tal desiderato, são precisos novos ou esforços adicionais, por parte do Governo e outros interventores não estatais, no sentido de estimular a capacidade de produção de alimentos dos deslocados e das comunidades envolventes, formando as pessoas em novas técnicas agrícolas, provisão de insumos agrícolas, adoção de sistemas de retenção de água e rega. Isto pode fazer-se através de investimento direto ou créditos agrícolas.

5.5.2. Tipo de alimentação e refeições diárias

No Posto Administrativo de Corrane, no geral, e no Centro de Reassentamento, em particular, a mandioca é o alimento predominante, seguido de milho e feijões. Geralmente, em termos de hábitos alimentares, o milho e os feijões são preferencialmente consumidos no período pós-colheita, ficando armazenada a mandioca seca para o resto do ano.

[...] produzimos mais mandioca, milho e feijões em pequenas quantidades (GF3).

Produzimos também folhas de batata-doce, é única coisa de fácil cultivo e é fácil germinar e nos ajuda na alimentação (GF3).

Neste contexto, produzindo mais mandioca e não tendo outros tipos de alimentos, as famílias comem *xima* de mandioca com folhas de mandioqueira ou de batata-doce ou peixe seco. Inicialmente, quando os deslocados recebiam alimentos, podiam variar os alimentos e ter três refeições diárias, mas agora só têm duas refeições.

Anteriormente, quanto recebíamos regularmente comida do PMA e INGD, nós variávamos os alimentos e tínhamos três refeições: mata-bicho [pequeno-almoço], almoço e jantar. Agora, que não recebemos nada, a maior parte dos deslocados todos os dias comem karakata (xima de mandioca) acompanhada com ntikwa [folhas de mandioca]. Os deslocados que têm dinheiro compram peixe seco para acompanhar com a xima [...]. Não conseguimos comer xima três vezes, só temos duas refeições: almoço e jantar (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

[...] quase todos os dias comemos folhas de batata-doce com xima de milho ou mandioca [...]. Cada dia é só folhas de batata-doce, fica difícil porque nós não habituamos essa comida de mandioca seca e batata-doce, mas desde que pararam de distribuir arroz as coisas ficaram uma crise, passam dois ou três meses sem distribuir arroz aqui no centro (GF3).

A realidade alimentar descrita acima não se enquadra nos conceitos da alimentação saudável ou adequada. Segundo Racine e Radaelli (s/d) a alimentação saudável tem três princípios: (i) Variedade, que é o consumo regular de alimentos dos três grupos: construtores, energéticos e protetores; (ii) Moderação, que consiste no consumo da quantidade certa, ou seja, não se deve consumir nem menos e nem mais alimentos do que o organismo precisa; e (iii) Equilíbrio, que se resume no consumo equilibrado dos alimentos de cada grupo, ou melhor, comer de tudo um pouco. Embora recorrendo a outros termos, Bento (2011) fala dos mesmos princípios, ao considerar que a boa alimentação deve ser completa (ingestão ao longo do dia alimentos de todos grupos), variada (variação dos alimentos dentro de cada grupo ao longo do dia) e equilibrada (respeito as porções diárias recomendadas ou equivalentes); e recomenda que se tenha entre 5 e 6 refeições por dia.

Ora, é evidente que o que os deslocados comem é para sobrevivência. Este facto, naturalmente, chama a atenção do Governo e seus parceiros no sentido de apoiar os deslocados a produzir e consumir regularmente os três grupos de alimentos, sem, no entanto, perder de vista que os hábitos alimentares estão naturalmente ligados à cultura de cada povo.

6. Criação de animais

A criação de animais de pequena espécie é uma atividade comum em Moçambique, particularmente nas zonas rurais. Geralmente, os animais criados destinam-se ao consumo. Esta atividade pecuária desenvolve-se como complemento à agricultura, e permite enriquecer a dieta alimentar das comunidades locais.

Para permitir que os deslocados reassentados no CRC melhorem a sua dieta alimentar, organizações como a Livaningo promoveram a atividade pecuária entregando-lhes galinhas e cabritos. Como os cabritos não eram suficientes, foram entregues a um número limitado de famílias e, à medida que forem reproduzindo, passam para outras famílias.

[...] aqui no Centro criamos cabritos e galinhas. Uma organização trouxe cabritos, entregou a algumas famílias e recomendou que estas criassem e depois passassem para outras famílias [...], só que, infelizmente, algumas dessas famílias ao regressarem às suas zonas de origem levaram os cabritos, como se fossem deles; enquanto as galinhas recebemos da organização Livaningo, cada família recebeu três galinhas para criar (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

A prática da pecuária, mormente, a criação de aves e pequenos animais é muito importante para as comunidades locais, diz Gêmero et al. (s/d), porque não serve apenas para autoconsumo das famílias melhorando, assim, a sua dieta de acordo com os seus hábitos alimentares, mas também para geração de renda, que contribui para a economia doméstica e ajuda a suprir pequenas necessidades das famílias.

7. Critérios da escolha dos chefes locais

De acordo com o MAE (2005) na localidade de Corrane, distrito de Meconta, a liderança tradicional é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade: “Régulos e Secretários de Bairros; Chefes de Grupos de Povoações, Chefe da Povoação e outras personalidades respeitadas e legitimadas pelo seu papel cultural, económico, social e religioso” (ibidem, p. 9). No entanto, para o CRC, os deslocados estão divididos em bairros, e cada bairro possui o seu representante ou chefe do bairro (também conhecidos por Secretário do Bairro) que é eleito democraticamente pela respetiva população.

[Aqui no Centro de Reassentamento] os líderes são eleitos por meio de votação. Marca-se um dia e todos vamos escolher o nosso chefe (GF3).

[...] Os chefes dos bairros foram escolhidos aqui na Aldeia. Eles concorreram e depois foram votados (GF4).

Como notamos, os dois depoimentos dizem respeito à escolha dos chefes dos bairros que constituem o CRC de forma democrática através de votação. No entanto, ao escolherem os seus chefes, os deslocados baseiam-se no histórico e experiência de liderança dos candidatos demonstrada nas zonas de origem, no período anterior às ações terroristas. Portanto, a confiança e a legitimidade dada aos chefes eleitos não são necessariamente produto das

vivências decorrentes no CRC, mas sim de um longo processo de construção de relações sociais e de reconhecimento das capacidades de liderança a partir das origens.

Esta realidade é enquadrada por Luís (2005, p.25), ao dizer que a legitimidade de poder é a aceitação, o reconhecimento e, por conseguinte, o apoio das pessoas em relação ao detentor do poder, e a capacidade deste detentor do poder em fazer aceitar a suas habilidades de dirigir, liderar e, sobretudo de granjear empatia e fazer aceitar as suas decisões.

8. Relações entre os deslocados e a comunidade acolhedora

O relacionamento interpessoal é a base para uma convivência saudável dentro de uma comunidade, aldeia ou bairro, sobretudo quando se trata de famílias imigrantes. Aqui, o acolhimento dos nativos é fundamental para a sua integração e autoafirmação dos imigrantes; este impulsiona a produção, cria confiança e uma atmosfera de respeito e empatia, além de reduzir os conflitos entre os nativos e os *vientes*.

De modo geral os deslocados e a comunidade acolhedora têm boa relação. Contudo, ocorrem casos de conflitos de terra entre as partes. Alguns nativos, por motivos de vária natureza, não estão dispostos a partilhar a terra com os deslocados; outros concedem porções de terra aos deslocados, mas depois levam-nas de volta.

Temos sim relação. Mas é apenas de se saudar. As vezes visitámo-nos uns aos outros com algumas famílias. Com os nativos não temos problemas, o problema é só com as machambas, apenas quando eles nos arrancam. No geral a relação é boa (GF3).

Exceto poucas famílias, a maior parte das famílias nativas do Posto Administrativo de Corrane desenvolve boas relações com os deslocados.

Os donos da terra não nos querem, eles nos enxotam nos chamam de “machababe”, e nos dizem para voltar em casa, eles não nos querem, temos problemas com eles por estar aqui. Contudo a relação não é boa Não temos uma boa relação, e eles nos tratam com desprezo, com insultos e humilhação. A convivência com a população não é muito boa (GF2).

Existem poucas famílias acolhedoras que se relacionam bem com deslocados. Mas, não existe boa relação com muitas famílias locais (GF4).

Excetuando alguns casos de disputa de terra, ou seja, casos em que alguns membros da comunidade acolhedora arrancam, alugam ou negam ceder a terra aos deslocados, de modo geral as relações entre as partes tendem a serem boas. Até porque as mesmas comunidades (deslocados e nativos) convivem, participam juntamente em partidas de futebol e, inclusive, os nativos contraem matrimónios com deslocados(as) e vice-versa.

[...] Mas a convivência é boa eles preparam futebol vamos para lá jogar e eles vêm aqui também jogar, as festas saímos todos a vila comemoramos juntos. Temos nativos que vieram casar aqui no centro e aqui também saímos para ir casar com os nativos sem problemas (GF3).

Avaliando pelos depoimentos, entende-se que a relação entre estes e a população acolhedora é boa. Há, no entanto, casos em que alguns nativos arrancam *machambas* aos deslocados, mas também há casos que configuram existência de boa relação caracterizada pela construção de redes sociais, a partir de desporto e casamentos.

9. Documentos de Identificação dos deslocados

Grande parte dos deslocados chegaram ao CRC sem documentos de identificação, porque os perderam durante o processo de fuga das ações terroristas; outros tinham documentos caducados. Diante disso, foi criada uma comissão técnica, composta pelos funcionários da Direção de Identificação Civil da Província de Nampula, do Distrito de Meconta e do Registo Civil do Posto Administrativo de Corrane para registar os deslocados.

Assim, a comissão encarregou-se em registar as pessoas que perderam seus documentos como estivessem a tratar pela primeira vez o Bilhete de Identidade (BI) e renovar os B.I. caducados. Neste momento registaram todas as pessoas do bairro Namialo, falta uma parte do bairro Nampula e todos do bairro de Monapo (CL1, Comunicação pessoal, 3 de outubro de 2023).

Recentemente, a Comissão esteve aqui a registar os que faltavam. Já terminou o trabalho para este ano [...]. Talvez próximo ano volte para registar os que estão a chegar, digo isso porque na semana passada recebemos aqui no Centro mais famílias (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro).

O registo de cidadãos é muito importante e serve, entre vários fins, para o Estado controlar as pessoas e desenhar políticas e planificar ações. No CRC, o processo de registo dos deslocados está a ser feito em fases. O ato de registo dos deslocados e atribuição de documentos de identidade é muito importante para o Estado, na medida em que, como diz Sousa (2019), constitui um elemento de cidadania na modernidade, porque o documento de identidade cria um vínculo entre a cidadã ou o cidadão e o Estado-Nação, para além de que a sua referencialidade simbólica facilita os processos de estatística demográfica, planificação de políticas públicas ou sociais e, até, de investigação em casos de necessidade.

10. Apoios de instituições do Governo e das Organizações não-Governamentais Nacionais e Internacionais

As organizações têm a função de ajudar e promover atividades que visam promover o desenvolvimento. Essas organizações muitas das vezes são ONGs Nacionais e Internacionais que fazem doações para pessoas e/ou desenvolvem ações humanitárias e promoção do bem-estar comum dentro da sociedade. Além de instituições do Estado, no CRC existem muitas ONGs nacionais e Internacionais que apoiam os deslocados a reconstruírem as suas vidas.

O apoio aos deslocados pelo Governo assim como pelas Organizações Não-Governamentais enquadra-se no conceito de *Intervenção Social*. Carmo (2001) define *intervenção social* como um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social (sistema-interventor) assume-se como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social (sistema-cliente), com o qual interage através de um sistema de comunicações diversificadas o objetivo de o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida.

Em resumo, a *intervenção social* é o processo relacionado com as estratégias de desenvolvimento territorial (local, nacional ou regional) através do qual o sistema-interventor comunica, interage e estimula o sistema-cliente e desenvolve nele capacidades e habilidades

técnicas que lhe permitem, de forma autónoma, resolver os seus problemas ou satisfazer as suas necessidades a curto, médio ou longo prazos.

Ainda Carmo (2001) diz que para que uma *intervenção social* atinja com sucesso os objetivos pretendidos é necessário que (i) o interventor se conheça a si próprio, realize com rigor e vigilância as suas ações; (ii) o interventor deve conhecer a cultura do sistema-cliente, conhecer por dentro incluindo a idade, género, estrato social, características étnicas e linguísticas; (iii) o interventor deve conhecer profundamente o ambiente da intervenção, tendo em consideração aspetos económicos, socioculturais e políticos, de modo a identificar ameaças e oportunidades que o ambiente oferece; e (iv) o sistema de comunicações entre sistema-interventor e cliente, quer de forma presencial assim como a distância, deve basear-se a canais ou meios adequados de modo que a interação seja direta, clara, objetiva e sem quaisquer interferências.

De meados de 2021 a dezembro de 2023, no CRC, atuam (ou atuaram) 14 organizações, 4 instituições do Estado moçambicano e 10 Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais (vide quadro 3). Todas estas organizações desenvolveram ações de *intervenção social* em prol da criação de condições básicas de vida para os deslocados. Não obstante o enorme contributo que essas organizações deram para o restabelecimento das suas vidas por parte dos deslocados, prevalecem, no entanto, enormes desafios e, à medida que o tempo vai passando, as organizações e as ações de *intervenção social* tendem a diminuir gradualmente.

Quadro 3: Organizações que desenvolvem ações de intervenção social no CRC

Organização ou Projeto	Âmbito (Nacional ou Internacional)	Intervenção Social
IFPELAC	Estatual	Formação de jovens
INAS		Apoio aos deficientes dando cadeiras de roda
INGD		Implantação do Centro e construção de casas
SUSTENTA		Distribuição de terra e sementes
ACNUR	Internacional	Construção de casas e distribuição de diversos utensílios domésticos
CARITAS	Internacional	Construção de casa e distribuição de alimentos
CEDES	Nacional	Construção de casas e criação de associações femininas para produção de hortícolas
IPAS	Nacional	Formação de Jovens
Livaningo	Nacional	Distribuição de galinhas para criação
OIM	Internacional	Palestras sobre Direitos Humanos, violência doméstica e casamentos prematuros
OLIPA-ODES	Nacional	Formação de Jovens e distribuição de sementes
Plan International	Internacional	Distribuição de “Kit de Dignidade” a mulheres
PMA	Internacional	Distribuição de alimentos e sementes
USAID	Internacional	Apoia deficientes físicos dando cadeiras de roda
Visão Mundial	Internacional	Promoção do saneamento do meio através de construção de latrinas melhoradas

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2023.

10.1. Apoios de instituições do Estado

Em geral, as instituições governamentais servem para fornecer serviços públicos, implementar as políticas públicas em vigor, regulamentar sectores e atividades, promover o desenvolvimento económico, proteger os direitos e interesses dos cidadãos. Elas são fundadas para garantir o bem-estar da sociedade e o funcionamento adequado do Estado.

As instituições públicas que apoiam os deslocados do CRC são quatro, nomeadamente: Instituto de Formação Profissional e Estudos Laboratoriais Alberto Cássimo (IFPELAC), Instituto Nacional de Ação Social (INAS), Instituto de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) e o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural [MADER] através do Programa SUSTENTA.

Sustenta é um programa integrado que envolve instituições estatais e outras da cadeia de valores com vista a melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção da agricultura sustentável, [do ponto de vista] social, económica e ambiental (MADER, 2022).

No CRC, o INGD zela pela organização do Centro de Reassentamento; o Programa SUSTENTA apoiou os deslocados no desenvolvimento de agricultura familiar, mas apoiou apenas em 2022, depois parou; INAS, apoio aos deficientes, oferecendo carrinhos de rodas; e o IFPELAC promove a formação técnico-profissional de jovens.

O IFPELAC forma jovens em várias áreas técnico-profissionais, nomeadamente: mecânica, carpintaria, construção civil, eletricidade, alfaiataria e culinária. No entanto, os jovens formados por esta instituição pública demoram a receber os seus certificados e também não recebem Kits completos e nem financiamento para iniciarem as suas atividades. Por isso, os deslocados queixam-se dizendo que:

Mas estas pessoas formadas não têm certificados e nem Kit para iniciar os seus trabalhos. Se dão Kit não é completo. Muitos jovens formados pela IFPELAC não tem kits de trabalhos e nem financiamento para iniciar as atividades (FG4).

Entretanto, o Chefe do Posto Administrativo de Corrane, enquanto representante do Governo a nível local, diz que realmente os jovens em formação pelo IFPELAC ainda não receberam certificados nem Kit de trabalho porque o processo de formação ainda está em curso. Diz também que o IFPELAC não é a primeira organização que promove formação técnico-profissional dos jovens deslocados, é a quarta.

O IFPELAC é a quarta organização que faz este trabalho de formação de jovens. Primeiro foi IPAS, segundo o CEDES e o terceiro a OLIPA-ODES. Todas estas três organizações formaram deslocados incluindo mulheres e deram materiais para os formados iniciarem as suas atividades. Os deslocados, sobretudo os jovens, foram formados em várias áreas técnico-profissionais, entre as quais a civil, serralharia, alfaiataria, panificação, eletricidade, mecânico-auto (CL1, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Relativamente ao material de trabalho, as mesmas organizações que ofereceram os pacotes de formação técnica aos jovens ofereceram, também, o material de trabalho básico para que os

formandos iniciassem as suas atividades de geração de renda. Estes dois processos, de formação e de entrega de material, foram acompanhados e testemunhados *in loco* pelas autoridades governamentais locais.

Todos esses jovens formados receberam material para iniciarem as suas atividades de geração de renda. Eu, na qualidade de Chefe do Posto Administrativo, testemunhei a entrega desse material aos jovens formados nas áreas de construção civil, panificação, alfaiataria e eletricidade [...]. As senhoras formadas em panificação receberam fornos, farinha de trigo entre outros itens; os formados em eletricidade receberam escadas metálicas, caixa de ferramentas e uniforme (vide imagem 5A) (CL1, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Igualmente, os jovens formados na área da construção civil receberam também o seu respectivo material (cimento, carrinhos entre outros) para iniciar com as suas atividades (imagem 5B); e também senhoras e senhores formados em alfaiataria receberam máquinas de costura manuais, novas em folha, com os respectivos tecidos em rolo, linhas de diversas cores, tesouras, lubrificantes, etc (imagem 5C) (CL1, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

O processo de formação incluiu os chefes dos bairros, também conhecidos como secretários dos bairros. Estes, segundo a mesma fonte, “(...) foram formados em matéria de empreendedorismo e gestão de pequenos negócios. Particularmente, foram formados para abrirem mercearias, gerar renda e sustentar as suas famílias” (CL1, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Mas há também jovens deslocados, não formados, que estão a desenvolver pequenas iniciativas para se ocuparem e ganharem algum dinheiro. Alguns destes jovens, por exemplo, pediram ao CEDES um material básico para o corte de cabelo.

Há, também, uns jovens que receberam material do CEDES e abriram uma barbearia para cortar cabelo [...]. São jovens que não foram formados e não ganham muito com o trabalho que fazem, mas não é a mesma coisa ficar parado sem fazer nada [...]. (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Estas pequenas iniciativas de negócio podem ser pontos de partida para grandes negócios, no futuro. A Sabedoria Alternativa (2013), entre vários autores que discutem matérias relativas a negócios, mostra que, no início de um negócio, o empreendedor não pode ter a ilusão de que tudo inicia com grandes investimentos e grandes ganhos. Na maioria das vezes, o negócio inicia de pequeno, e exige uma 'luta de trincheira' onde só a persistência e a dedicação podem, por vezes, criar grandes ganhos. Ao longo deste processo é preciso ganhar maturidade, acumular experiência, ser ambicioso e flexível (ibidem, p. 175-253).

Imagem 5: Jovens formados recebendo materiais diversos para o desenvolvimento de atividades económicas geradoras de renda



Fonte: Adaptado pelos Autores a partir de CL1, 2023.

As autoridades locais reconhecem que o material distribuído pelos jovens formados não era suficiente para todos individualmente; diante dessa insuficiência, os jovens foram organizados em grupos de 3 a 6, de modo a trabalharem em forma de associações.

Esta estratégia visava promover associações profissionais de jovens. As associações, como define Varanda (2014), são vetores de concentração de capital social, de participação democrática e de desenvolvimento sustentável não só para os associados, mas também para as suas famílias e as comunidades envolventes. No entanto, de acordo com as autoridades governamentais locais, grande parte dos grupos que receberam material não desenvolveram as respetivas atividades e desintegraram-se.

Não se sabe ao certo o que ocorreu a nível dos grupos formados, mas notamos, infelizmente, que mesmo tendo a formação e o material, alguns grupos nunca trabalharam. Estes grupos venderam o material recebido, distribuíram o dinheiro e desintegraram-se. Provavelmente, são os mesmos ou parte deles que hoje estão a queixar-se, dizendo que não têm oportunidades de trabalho. Nós, como Governo local, reconhecemos que não monitoramos os trabalhos dos grupos e também não fomos suficientemente vigilantes para impedir que o material recebido fosse vendido [...]. Nós sabemos que esse material custou muito caro aos doadores, era muito e vinha ao Centro transportado em grandes camiões [...]. Contudo, nas próximas oportunidades seremos rigorosos na monitoria dos trabalhos grupos e também seremos vigilantes implacáveis para evitarmos o que aconteceu (CL1, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Muitos autores falam do fracasso das associações. Um desses autores é Cubo (2022), que diz que, geralmente, as associações fracassam devido ao desalinhamento dos interesses, desentendimento entre as partes, falta de identificação com a atividade ou negócio, mau relacionamento com os financiadores e desequilíbrio entre o tempo de adaptação às mudanças e às necessidades do mercado. No entanto, no CRC, há grupos de jovens formados que continuam a trabalhar, embora em número reduzido e sem muitos ganhos. Por exemplo, alguns jovens residentes no bairro de Nampula testemunham este facto.

Neste momento nós, os Homens, vivemos momentos difíceis porque, meu amigo, aqui no Centro a gente vive de pequenos trabalhos que fazemos em grupo de Homens por exemplo temos aqui a empresa que nos paga para construir casas para outros deslocados. Somos pagos 18 000 Mts e se dividimos em 16 pessoas. Às vezes, eles [os donos da empresa] não pagam nos dias marcados e é normal ficarmos 2 meses sem sermos pagos (GF1).

Além de jovens que trabalham em grupo, no CRC há também casos de sucesso no que ao empreendedorismo diz respeito. Estes são caracterizados pela dedicação, persistência e foco de jovens que trabalham em regime de *conta própria*, e os ganhos são visíveis. Segundo as autoridades locais, entre vários casos, destacam-se os casos de um jovem alfaiate e de uma senhora que se dedica ao trabalho num salão de beleza:

[...] Um jovem que recebeu uma máquina de costura e está a ter muito sucesso. Era um grupo de 3 jovens que recebeu uma máquina, incluindo tecidos, agulhas, tesouras e outros materiais necessários para alfaiataria. Os outros jovens abandonaram o projeto alegando que não dava rendimento, mas um dos jovens continuou [...]. Ele começou por confeccionar uniforme escolar para crianças e foi ganhando pouco aos poucos. Hoje, ele compra tudo pessoalmente, desde agulhas, tecidos (CL1, Comunicação Pessoal, 27 de novembro de 2023).

Há também uma senhora, até porque é uma pessoa portadora de deficiência física, que foi formada em gestão de pequenos negócios e recebeu todo o material de salão cabeleireiro. Ela, com os conhecimentos que adquiriu na formação, desenvolveu o seu negócio a até agora está a ganhar algum rendimento com essa atividade, diferentemente de outras mulheres que não fazem nada para gerar renda (CL1, Comunicação Pessoal, 27 de novembro de 2023).

Estes dois exemplos de sucesso refletem o que a Sabedoria Alternativa (2013) transmite, no seu livro *Alma do Negócio*, concretamente sobre a relação do empreendedorismo com o foco e a capacidade de gestão de negócio, ao dizer que “Não há receita para empreender; há pistas, boas práticas e erros a evitar; há elementos essenciais que passam pelo foco, capacidade de gestão e de inovar desde o primeiro dia [...]. É fundamental manter o foco no caminho que estamos a percorrer e não nos distrair” (ibidem, p.173-179).

10.2. Apoios de Organizações Não-Governamentais Nacionais e Internacionais

As ONGs exercem um papel fundamental em diferentes áreas de atuação. Estas, enquanto parceiras do Governo, complementam e agregam valor aos esforços empreendidos pelo Governo Moçambicano no sentido de oferecer condições básicas com vista à promoção de desenvolvimento e bem-estar social. Essencialmente, as ONGs são entidades privadas, sem

fins lucrativos, com o objetivo de dar *inputs* para a melhoria de condições sociais das pessoas necessitadas de forma particular e da sociedade em geral, daí que atuem no palco internacional nas mais variadas áreas de intervenção social.

Nesta perspetiva, em resposta às inúmeras dificuldades que os deslocados enfrentam no CRC, muitas ONGs estão a desenvolver ações de intervenção social no sentido de apoiar os deslocados reassentados a restabelecerem as suas condições de vidas, nas mais variadas vertentes. Assim, entre várias organizações destacam-se as seguintes ONGs: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), CARITAS, CEDES, IPAS, Livaningo, Organização Mundial da Migração (OIM), OLIPA-ODES, PLAN INTERNATIONAL, Programa Mundial de Alimentação (PMA), USAID e VISÃO MUNDIAL. Em seguida, descrevem-se as ações de *intervenção social* de algumas destas organizações no CRC, em prol de criação de condições de vida básicas para os deslocados.

10.2.1. ACNUR

O ACNUR é uma das agências da Organização das Nações Unidas cujo objetivo é dar assistência às pessoas vítimas e que fogem de situações de violência como, por exemplo, conflitos, perseguições, violações de Direitos Humanos e até de desastres naturais. Esta organização atua em todo o mundo, particularmente em África, Mediterrâneo e Médio Oriente. Só em África, o ACNUR apoia 30 milhões de pessoas (ACNUR, 2023), incluindo os deslocados de ações terroristas reassentados em Corrane, os quais a organização apoiou na construção de casas, com base no material local.

O ACNUR apoiou-nos na construção de casas e ofereceu-nos panelas, facas, pratos, mantas, lonas, esteiras etc. Mas, agora não há apoios [...]. (GF3).

[...] ACNUR apoiou na construção de abrigo (GF4).

10.2.2. CARITAS

Esta é uma organização da Igreja Católica que se inspira nos princípios da fé cristã, justiça e solidariedade, e que desenvolve ações conducentes ao combate à pobreza e vulnerabilidade e à promoção da dignidade humana e de pessoas ou comunidades que se encontram em situações de desastres. É com estas bases que a CARITAS interveio em Corrane, construindo casas para os deslocados de ações terroristas de Cabo Delgado.

[...] a CARITAS, também, apoiou na construção de abrigo (GF4).

Além de construção de casas, a CARITAS distribuiu comida, açúcar, sal, mas agora parou desde o ano passado (GF3).

Ao construírem casas no CRC, quer o ACNUR quer a CARITAS não apenas criaram condições para que os deslocados gozem o *direito à habitação* consagrado no número 1 do artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009), mas também, como base nas considerações de Wendland (2020) sobre a “importância de habitação”, ajudaram a criar uma importante estrutura social ou um espaço de privacidade e autonomia a partir da qual as pessoas

abrem e vinculam-se ao mundo (bairro e comunidade) expressando os seus costumes e desenvolvendo relações sociais como membros da sociedade.

10.2.3. CEDES

O Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social (CEDES) é uma organização não-governamental moçambicana. Esta organização apoiou os deslocados no processo de construção de casas e também ajudou as mulheres a organizarem-se em associações de produção de hortícolas, como uma forma de geração de renda.

O CEDES apoiou na construção de abrigo e na formação de 8 ou 9 associações na produção de hortícolas localmente (GF4)

À semelhança de outras organizações, ao desenvolver essas ações de intervenção social, o CEDES contribuiu para a melhoria das condições de vida dos deslocados. No entanto, o facto desta estratégia beneficiar somente as mulheres, é vista, por parte dos homens, como uma forma de exclusão.

As associações são constituídas só por mulheres. Não são mulheres do mesmo bairro, mas sim uma mistura. Nós, os homens, não fomos apoiados para nos organizar em associações, estamos excluídos deste projeto. A CEDES apenas apoiou mulheres a se organizarem em associações, e nós, o que vamos fazer? (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Pelo contrário, ao adotar a estratégia de associativismo feminino, a visão da CEDES foi de promover o empoderamento da mulher e é uma visão que se alinha com as políticas atuais do Governo. O empoderamento da mulher, como define Costa (2018) é a promoção de um conjunto de estratégias que permitem às mulheres terem o poder, a liberdade e capacidade de superar a situação de exclusão, opressão, pobreza e subordinação. A ONU Mulheres (2017) corrobora com esta visão ao considerar que o empoderamento da mulher e o processo de emancipação, capacitação e treinamento das mulheres permite que elas sejam capazes de participar integralmente em todas as dimensões da vida. No mesmo prisma, Marques (2020) diz que as mulheres são o coração das suas comunidades, e quando se investe nelas, o retorno vai para as famílias, as comunidades e toda a sociedade. Portanto, todo o mundo ganha. Ademais, quando as mulheres são empoderadas económica e socialmente, contribuem para o crescimento económico, para a redução das diversas formas de violência, mais ações de empreendedorismo e inovação, mais talento e mão-de-obra para empresas locais e para a construção de uma sociedade inclusiva, justa e igualitária.

10.2.4. OIM

A OIM é uma das agências da ONU, sediada em Genebra, que trabalha para melhorar o controlo e gestão das migrações humanas, cooperando e ou coordenando com Estados e outras Organizações Não-Governamentais. Nas suas operações, a OIM procura, sobretudo nas situações de migrações forçadas, conciliar migração e desenvolvimento cultural, económico e social. Neste âmbito, e ao responder à situação dos deslocados reassentados em Corrane, a OIM desenvolveu três ações: divulgação de Direitos Humanos, luta contra a violência doméstica e contra casamentos prematuros.

Aqui no Centro de Reassentamento, a OIM dedica-se à educação das pessoas sobre Direitos Humanos e, também, desenvolve campanhas de prevenção da violência doméstica e casamentos prematuros. [...] faz através de palestras (GF3).

Ao promover educação sobre os Direitos Humanos no seio dos deslocados, a OIM está, de algum modo, a contribuir, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009), para a promoção do reconhecimento da dignidade da família humana, dos direitos inalienáveis dos homens e das mulheres, da liberdade, justiça e espírito de paz, não apenas no CRC em particular, mas também no mundo, no geral. A violência doméstica é um mal grave que afeta as famílias, as comunidades locais e toda a sociedade. Esta, de acordo com o Instituto Igarapé (2018), caracteriza-se por um conjunto de violações, que se resume em cinco categorias, designadamente: emocional ou psicológica, moral, patrimonial, física e sexual. No ordenamento jurídico moçambicano, considera-se casamento prematuro a união na qual um dos cônjuges ou ambos têm idade inferior a 18 anos. O casamento prematuro é um fenómeno cultural e social que tem múltiplas consequências, entre as quais o abandono escolar, gravidez prematura, morte materno-infantil. O Estado moçambicano, e os seus parceiros através de várias ações, têm vindo a promover o respeito pelos Direitos Humanos e a lutar contra os casamentos prematuros através de diversas ações, e as ações desenvolvidas pela OIM relativamente à educação sobre Direitos Humanos e a luta contra a violência doméstica e casamentos prematuros complementam e consolidam a luta do Governo. Em suma, a conjugação desses esforços é um enorme contributo para a construção de uma sociedade mais pacífica e harmoniosa a nível local e global.

10.2.5 OLIPA-ODES

Esta é uma “Associação para o Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de uma organização não-governamental moçambicana, sem fins lucrativos, fundada em 1999 com vista a contribuir para a promoção e o desenvolvimento das comunidades rurais e periurbanas moçambicanas. Esta organização nasce em substituição da CLUSA, extinta em 1995, na componente de promoção do associativismo de produtores e produtoras agrícolas, tendo iniciado afetivamente as suas atividades em 2000.

Em 2000, a OLIPA-ODES inicia com as suas atividades através do PODACAN, Programa de Desenvolvimento de Associações Camponesas Agrícolas em Nampula, num subcontrato da CLUSA como forma de capacitação institucional e é a partir de 2002 que, em paralelo com outros projetos, a OLIPA-ODES assume totalmente as operações com uma estrutura autónoma (OLIPA-ODES, s/d).

Em resposta à vaga de deslocados reassentados no CRC, a OLIPA-ODES aparece como uma organização não-governamental moçambicana e parceira do Governo. Assim, enquanto interventor, a OLIPA-ODES desenvolveu duas atividades, designadamente distribuição de sementes aos deslocados para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

A OLIPA ofereceu sementes de milho, amendoim, feijão bóer e feijão manteiga para semearmos nas nossas machambas (GF4).

A outra ação desenvolvida pela organização foi o apoio ao processo de formação técnico-profissional dos deslocados, sobretudo dos jovens.

O IFPELAC é a quarta organização que faz este trabalho de formação de jovens. Primeiro foi IPAS, segundo o CEDES e o terceiro a OLIPA-ODES (CL1, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

10.2.6 Plan International

O Plan International é uma organização fundada em 1937 com objetivos de promover desenvolvimento, equidade e igualdade de género para mulheres. Entre várias ações que desenvolve com vista a alcançar esses objetivos, a *Plan International* empodera crianças, jovens e comunidades com vista a serem capazes de lutar contra a discriminação, exclusão e vulnerabilidade; e de resistir contra adversidades e crises. Foi neste âmbito que assistiu as mulheres reassentadas no CRC com “kits de dignidade”, para fins higiénicos.

Plan International ofereceu “kit de dignidade” às mulheres. Esse kit é, fundamentalmente, composto por material de higiene e roupa íntima, nomeadamente: penso higiénico, capulana, baldes plásticos, escova de dentes, calcinhas dois tipos de sabão [sabonete e sabão simples (GF4)]

De facto, como referem Anderson et al. (2020, p. 10), um “kit de dignidade” completo é constituído pelos seguintes produtos: balde, calcinha menstrual (com um absorvente lavável), calcinhas normais, capulana (tecido), creme corporal, detergente em pó, escovas de dentes, lanterna, máscara, pastas dentífricas, pensos higiénicos, sabão e sabonete. Os “kits de dignidade” ou “kits de higiene” são extremamente importantes para responder à demanda da procura de produtos ou materiais menstruais no seio das mulheres, particularmente em contextos humanitários face a situações de calamidade. Por exemplo, em Moçambique, durante o Ciclone IDAI e a COVID-19, a organização *Be Girl*, num trabalho educativo e de ação apoiado pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, Fundo das Nações Unidas para População e Plan International, promoveu *workshops* e distribuiu *kits* a mulheres afetadas para que elas tivessem condições de manter a higiene pessoal no período menstrual, ou seja, tivessem a “dignidade menstrual”.

A UNICEF Brasil (s/d) diz que é direito de todas as pessoas que menstruam terem direito à “dignidade menstrual”, acedendo a condições e produtos de higiene adequados. Em alguns contextos, diz a UNICEF Brasil (s/d), as pessoas que menstruam deixam de fazer as suas atividades, de ir à escola e a outros locais do seu interesse por se sentirem inseguras devido ao fluxo menstrual. A *Plan International*, ao oferecer “kits de dignidade” às mulheres, contribuiu para a dignidade menstrual (dando-lhes conforto e a segurança durante o período menstrual) e, eventualmente, preveniu que as mulheres deixassem de fazer as suas atividades normais e que alunas deixassem de ir à escola ou desenvolver outras atividades que lhes dizem respeito.

10.2.7 Programa Mundial de Alimentação

O Programa Mundial de Alimentação (PMA) é uma das agências da Organização das Nações Unidas com o mandato de ajudar os Governos, em todo o mundo, no processo de combate à fome, promoção de segurança alimentar e nutricional e também leva a cabo ações que visam estimular a capacidade de resiliência individual e comunitária nos locais afetados pelas calamidades ou catástrofes. No âmbito deste mandato, o PMA tem vindo a desenvolver várias ações em Moçambique. Com o reassentamento de deslocados em Corrane, o PMA desenvolveu ações com vista a minorar o sofrimento dos deslocados que perderam tudo nas suas zonas de origem e, sobretudo, carente de alimentos.

O PMA apoia os deslocados em alimentação e sementes (GF4).

10.2.8 Visão Mundial.

Esta é uma ONG internacional que atua nas áreas de proteção da criança incluindo a promoção dos seus direitos, a equidade, nutrição e saúde, educação, água potável, saneamento, entre outras. Em resposta às necessidades dos deslocados, a Visão Mundial desenvolveu ações relativas ao saneamento do meio.

A Visão Mundial apoia no saneamento do meio (GF4).

A organização que apoiou para abertura de latrinas melhoradas foi a Visão Mundial, mas primeiro deu prioridade a pessoas portadoras de deficiência e idosos [...]. E recomendou-nos, a nível dos nossos bairros, a abriremos aterros sanitários para depositarmos o lixo (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

O saneamento do meio ambiente é parte integrante do processo gestão ambiental e este, de acordo com Rebouças (2004, p.171) compreende quatro dimensões: abastecimento de água potável, os esgotos sanitários, drenagem de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos. Deste modo, o saneamento do meio é um conjunto de ações e serviços que decorrem da combinação de políticas ambientais, ações de saúde pública e de bem-estar da população. Estas ações e serviços visam promover a qualidade de vida das populações. Nesta perspetiva, ao promover ações de saneamento do meio ambiente, através de abertura de latrinas melhoradas e ao recomendar abertura de aterros sanitários, a Visão Mundial deu a sua contribuição para a qualidade de vida dos deslocados no CRC.

10.2.9 USAID

Esta organização é uma das agências internacionais promotoras do desenvolvimento. Esta foca-se, entre várias outras ações, no financiamento de projetos relativos à agricultura e segurança alimentar, educação, saúde, nutrição, água e saneamento, equidade de género e empoderamento feminino.

A USAID ajudou os deficientes físicos, oferecendo cadeiras de rodas (G4).

As cadeiras de rodas são instrumentos cruciais para a mobilidade de pessoas portadoras de deficiência física ou capacidade motora reduzida. Minkel (2000) refere que a cadeira de rodas serve de base de suporte ao esqueleto [da pessoa portadora de deficiência] para manter a sua

saúde física e permitir a sua mobilidade por ser uma ferramenta de locomoção e, ao mesmo tempo, um fator indispensável de realização de atividades diárias, desenvolvimento de relações sociais, união comunitária e de cooperação social

11. Perspetivas de regresso dos deslocados às suas zonas de origem

O regresso dos deslocados às suas zonas de origem depende, obviamente, do restabelecimento da segurança nos distritos. Desde setembro de 2021 a dezembro de 2023, as condições de segurança têm melhorado consideravelmente (relativamente ao período anterior) devido às *Operações Conjuntas* levadas a cabo pelas tropas moçambicanas e estrangeiras (da SADC Mission in Mozambique [SAMIM] e do Ruanda). O discurso do Governo, através do Ministério da Defesa (2023), é de que 70% dos deslocados terão regressado às suas zonas de origem.

Relativamente aos deslocados reassentados no CRC, o gráfico 2 mostra claramente que cerca de 27,5% dos 7995 deslocados voltaram às suas zonas de origem. No entanto, o grosso dos deslocados não pretende regressar; narra-se, inclusive, que há deslocados que venderam os seus bens na terra natal para poderem ficar definitivamente em Corrane.

Grande parte dos deslocados que vive aqui no Centro não quer voltar às suas zonas de origem. Outros venderam os seus espaços lá e não querem voltar mais (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

[...] Ninguém quer voltar à zona de origem (GF3)

A intenção dos deslocados permanecerem nas zonas de reassentamento é abordada por muitos estudos. Por exemplo, na sua análise sobre a perspetiva de regresso dos deslocados, particularmente os reassentados no CRC, Feijó et al. (2022, p. 32) mostram que cerca de 80% dos deslocados “quer permanecer com a família no local de reassentamento”. Entretanto, apesar de a segurança não estar totalmente restabelecida nos distritos afetados pelas ações terroristas, algumas famílias de deslocados optaram por voltar às suas zonas de origem.

12. Desafios dos deslocados no Centro de Reassentamento

As várias ações de *intervenção social* desenvolvidas pelas instituições do Estado moçambicano e as ONGs, sem dúvida, foram e têm sido cruciais para a criação de condições de vida mínimas e ao mesmo tempo alívio do sofrimento dos deslocados reassentados no CRC. Porém, apesar dessas ações terem impacto social inestimável, ainda prevalecem enormes desafios na vida quotidiana dos deslocados. Entre vários desafios, os deslocados enfrentam no seu dia-a-dia a falta ou escassez de alimentos, formação técnico-profissional, emprego e fontes financiamento de iniciativas económicas e geradoras de renda.

12.1. Dificuldades de acesso a terra

O acesso a terra é um desafio para uma parte dos deslocados. Estes dizem ser difícil aceder a terra arável para a prática de agricultura, porque alguns nativos arrancam as terras.

[...] mas depois fomos arrancados. Temos machambas, mas essas machambas têm problemas, sempre estão a arrancar com os donos nativos. Fomos arrancados porque eles, os donos, querem alugar aquelas machambas e não emprestar. Basta você

produzir, ele ver que você produziu mais que ele, arranca a machamba, porque os deslocados não podem produzir mais do que eles (GF3).

Os alimentos que produzimos não são suficientes, porque agora está difícil produzir muito alimento, porque as machambas estão a nos arrancarem com os donos da terra, eles vêm e dizem que não nos pertence e que a machamba é deles (GF2).

Este conflito ocorre desde que os deslocados se instalaram no CRC, mas as autoridades locais ainda não adotaram estratégias de resolução do conflito. E, dada esta demora, os deslocados afetados recorreram ao Secretário de Estado (SE) da Província de Nampula.

[...] fizemos uma mensagem para o Secretário de Estado explicamos que estamos a ser arranque machambas, esperamos resposta (GF3).

Contudo, enquanto aguardam a resposta do SE, enquanto representante do Estado, os próprios deslocados tomaram a iniciativa de desenvolver relações sociais com as famílias nativas, como formas de gestão ou resolução do conflito localmente.

12.2. Fraca capacidade produtiva e dieta alimentar pobre

Existe uma relação direta entre nutrição, saúde e bem-estar físico e mental do indivíduo. Muitos autores, por exemplo Mahan e Arlin (1995), Bento (2011) e Racine Radaelli (s/d), comprovam que a boa alimentação saudável é fundamental para a saúde e prevenção de doenças como anemia, cancro, diabetes, entre outras. Mas os deslocados reassentados no CRC não tem segurança alimentar, muito menos alimentação saudável. Este facto não se deve apenas à sua incapacidade de produzir alimentos em quantidade e variados, mas também à irregularidade com que os produtos alimentares chegam ao Centro.

Produzimos milho, mandioca, feijão, mapira [...], mas também estes produtos não chegam para alimentar as nossas famílias durante 12 meses (GF1).

Além da fraca capacidade produtiva dos deslocados, nota-se, também, que a quantidade de produtos alimentares que recebem está a diminuir, como já foi referido. Por exemplo, inicialmente recebia arroz 10 kg a cada membro do agregado familiar, mas agora recebem 50kg independentemente do número do agregado familiar.

Portanto, a fraca capacidade produtiva, a pouca diversidade de alimentos produzidos e consumidos e a diminuição dos alimentos fornecidos, incluindo a irregularidade com que estes são fornecidos, constitui um enorme desafio para os deslocados.

12.3. Falta de formação técnico-profissional e de emprego

O emprego constitui um princípio básico para a sobrevivência de um indivíduo. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009), todo o ser humano tem o direito a emprego, de assistência social no caso de estar numa situação de desemprego. No entanto, os deslocados reassentados no CRC carecem de formação técnica e de emprego. Apesar dos esforços empreendidos pelo Governo e seus parceiros na formação técnica, grande parte dos deslocados não tem formação, muito menos oportunidades de emprego.

[...] no ano passado uns jovens fizeram formação e outros estão aqui (GF4).

Os esforços do Governo e parceiros, de facto, permitiram a formação técnica de jovens, os quais receberam material para trabalhar em grupo, em forma de associações incluindo os nativos. Mas, muitos grupos não estão a funcionar.

Porque eles criam grupos esses grupos juntam com os nativos. Na carpintaria aqueles não têm dinheiro para comprar tabuas fazer portas [...]. Não têm dinheiro para comprar um saco de trigo e fazer pão [...] (GF4).

O emprego é importante para qualquer ser humano, pois constrói identidade social e promove e aumenta a autoestima, a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento individual. A sua falta afeta o bem-estar físico e emocional do indivíduo, sobretudo os jovens e adultos (Lobato, 2004). O desemprego afeta o estado psicossocial das pessoas, e influencia os seus projetos e percursos (Araújo & Jordão, 2011).

Este desafio, associado às dificuldades de aceder a terra e produzir produtos alimentares e a não perenidade dos apoios das ONGs, coloca os deslocados sem perspetivas para um futuro melhor e, sobretudo, numa situação de precariedade social, pobreza e vulnerabilidade.

12.4. Falta de financiamento de pequenas iniciativas económicas

A falta de emprego pode ser suprida pelo financiamento de pequenas iniciativas económicas, desde que os beneficiários sejam preparados. Essa preparação passa pela formação e apoio na elaboração de projetos de pequenos negócios, economicamente viáveis.

[...] Precisamos fundo para os jovens desenvolverem negócios, para não depender de ninguém; Promoção da arte e cultura; Formação para criação e gestão de pequenos negócios (GF3).

Aliás, no CRC há deslocados com longa experiência em desenvolvimento de pequenos negócios, adquirida nas suas zonas de origem. O que falta a estes experientes é um simples financiamento e monitoria.

Na minha terra de origem [Chai, Distrito de Macomia] eu praticava agricultura e o comércio [...]. No comércio eu comprava diversos produtos em Tanzânia e vendia na minha loja. A minha loja foi atacada pelos terroristas no dia que coloquei muitas mercadorias que comprava em Tanzânia. Com os ataques terroristas perdi muitos bens [...]. Gostaria de continuar comércio aqui, mas não tenho dinheiro e não tenho onde pedir um empréstimo para iniciar o meu negócio (CL2, Comunicação Pessoal, 19 de novembro de 2023).

Conheço outros deslocados experientes no comércio, que vivem aqui no Centro, mas, também, sem financiamento estão limitados como eu (Ibid.)

Portanto, existe um potencial que pode ser aproveitado nesta perspetiva. Os deslocados estão dispostos e pedem financiamento de pequenos negócios como, por exemplo, criação de frangos, projetos agrícolas para produção de culturas de rendimento como algodão, gergelim, castanha-de-caju, e comercialização de produtos diversos.

Podíamos ter a criação de aves, pequenos negócios, porque alguns vão se beneficiar, vai negociar, vai aumentar aqui no centro (GF3).

Na sociedade humana, os principais atores da economia local, nacional e global são pessoas, famílias e empresas, quer elas sejam estatais ou privadas. Neste contexto, como mostra Fillipe

(2021), as pequenas iniciativas económicas são fulcrais para o crescimento e desenvolvimento económico de qualquer comunidade, província e país, sobretudo na presente conjuntura caracterizada pela pouquíssima oferta de emprego.

12.5. Insuficiências do “Posto de Socorro”

Outro desafio é o de serviço de saúde. Os relatos dos deslocados, incluindo os dos chefes locais, mostram que o acesso deste serviço é precário. Os deslocados consideram que o horário do atendimento do Posto de Socorro é curto, apenas 5 horas de tempo e só no período diurno, associado à sistemática falta de medicamentos e défice de condições para serviço de maternidade. Diante deste desafio, o Governo e os seus parceiros são chamados a desenvolver um conjunto de ações que visem o melhoramento do serviço de saúde.

Os deslocados também questionam a transparência dos líderes no que diz respeito ao registo das pessoas deslocadas para efeitos de receção de apoios. Estes dizem existir uma espécie de “exclusão” feita pelos líderes, no processo de listagem das pessoas.

Aqui, na fase de distribuição, os parceiros quando querem dar apoio, os líderes registam um determinado número de pessoas e outras deixam de fora, só as pessoas registadas é que vão receber apoio, isso acontece muitas vezes. Chega o dia de receber são chamados aqueles que tem nome na lista e recebem alimentos. Mas, nós queríamos que escrevessem nomes de todos e no dia de receber irmos todos se o apoio for pouco para testemunharmos que realmente é pouco e não essa coisa de escolher alguns e outros não. Não gostamos disso (GF3).

O Governo de Moçambique e os seus parceiros têm trabalhado para oferecer condições básicas aos deslocados reassentados em Corrane, e os resultados são tangíveis. No entanto, a resposta a estes cinco desafios passa necessariamente pela impressão de esforços adicionais de modo a serem adotadas estratégias inclusivas e sustentáveis que permitam aos deslocados desenvolverem capacidades e habilidades, e que sejam capazes de construir o seu próprio futuro, dos seus filhos e das gerações vindouras.

Considerações finais

Depois de analisadas todas as informações, e em função dos objetivos previamente definidos, a presente pesquisa encontrou, como resultados, o seguinte:

Primeiro, os deslocados têm habitações feitas de material não convencional e acesso a um conjunto de recursos ou serviços que se traduzem em condições mínimas de vida, designadamente: água e saneamento; energia elétrica; educação e saúde, alimentos, terra ainda que ocorram alguns conflitos, entre outros. Estas condições foram criadas pelo Estado moçambicano e diversas ONGs nacionais e internacionais.

Segundo, as intervenções das ONGs visaram não apenas criar condições básicas de vida para os deslocados, mas, além disso, algumas apoiaram os mesmos na formação técnico-profissional e criação de associações. No entanto, embora haja alguns casos de sucesso, grande parte dos formados não tem emprego formal, nem sazonal, muito menos tem acesso a fundo de financiamento para desenvolverem iniciativas que se traduzam em autoemprego.

Terceiro, apesar das ações do Estado moçambicano, através das várias instituições públicas e das ONGs parceiras terem criados condições básicas para os deslocados, ainda prevalecem enormes desafios, nomeadamente: dificuldades de acesso a terra; fraca capacidade produtiva e pobre dieta alimentar; falta de formação técnico-profissional e de emprego; limitações do “Posto de Socorros” e falta de financiamento de pequenas iniciativas económicas.

Diante destes resultados, conclui-se que os deslocados reassentados no CRC têm condições mínimas de vida. No entanto, precisam de apoios adicionais em duas vertentes: a primeira é melhoramento dos apoios relativos à saúde, acesso à terra, capacidade de produção de alimentos em quantidade, associativismo juvenil incluindo a mulher, e assistência aos grupos sociais vulneráveis; a segunda é a construção de capacidades técnico-profissionais (conhecimentos e habilidades técnicas), associadas a uma estratégia de financiamento de iniciativas económicas geradoras de renda para que sejam autónomos e agentes do seu próprio desenvolvimento socioeconómico a curto, médio e longo prazos.

Sugestões

Tendo em consideração os resultados encontrados, a pesquisa sugere às autoridades governamentais, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Não-Governamentais e todos os interessados as seguintes ações: (i) a adoção de mecanismos que visem oferecer aos deslocados mais facilidade no processo de acesso a terra. Uma dessas estratégias passa por ser a atribuição de títulos de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT); (ii) promoção de estratégias com vista ao aumento da capacidade de produção de alimentos como fator fundamental para garantia da segurança alimentar. A distribuição de sementes melhores e assistência agrícola regulares podem ser algumas das estratégias; (iii) melhoramento dos serviços de saúde, no que diz respeito, particularmente, à extensão do horário de atendimento (abrangendo o período noturno), provisão de medicamentos essenciais e o serviço da maternidade; (iv) adoção de mecanismos de controlo e monitoria das atividades. As autoridades do Governo local e as entidades interessadas podem, por exemplo, criar um “Comité Local de Controlo e Monitoria” das atividades singulares e das associações resultantes de apoios do Governo e das ONGs; (v) promoção de ações concretas e estratégias que visem empoderar as mulheres, como formação em áreas técnico-profissionais incluindo pequenos negócios, promoção e financiamento de associações femininas, divulgação da legislação (relativa à Terra, Família, Direitos Humanos), entre outras ações; (vi) aumento e diversificação dos programas de formação de jovens (homens e mulheres) em várias áreas técnico-profissionais, capacitação em matéria de associativismo e gestão de pequenos negócios; e (vii) promoção de fundo para o financiamento de pequenas iniciativas económicas locais. A concessão do financiamento deve basear-se num projeto de investimento sustentável nas áreas de culturas de rendimento, comércio de produtos, entre outras.

Bibliografia

ACNUR (2023). Ser deslocado não é uma fase, é uma vida.

https://pacnur.org/pt?utm_source=gads&utm_medium=cpc&utm_campaign=PT_PRS_PT_Marca&utm_term=prs&utm_content=marca&tc_alt=115992&tc_alt=115992&n_o_

Anderson, S., Brito, C. e Duckett, A. (2020). Gestão menstrual entre dois desastres: Ciclone IDAI e a COVID-19 em Sofala, Moçambique. Estudo de Aprendizagem Qualitativa. Maputo: Be Girl.

Araújo, P, & Jordão, F. (2011). "The unemployable": Case studies on the impact of psychosocial nonemployment among graduates Portuguese. *Análise Psicológica*, 29(2), 289-314.

Bento, A. (ed.) (2011). *Alimentação adequada: Faça mais pela sua saúde*. Porto: Associação Portuguesa dos Nutricionistas.

BOLETIM DA REPÚBLICA (1997). Lei de Terras, Lei 19/97, de 1 de Outubro. Série I, Número 40.

Carmo, H. (2001). A actualidade de desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. Actas da 1ª Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental, ISPA.

Comité Internacional da Cruz Vermelha (14/04/2004). *Guerra e laços familiares: Um panorama geral*. <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/5y2n7f.htm>

Costa, E. N. L. (2018). *O processo de empoderamento das raparigas de Marrere. Estudo de caso do Projecto Mwarussi*. Dissertação de Mestrado em Sociologia submetido no Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa.

Cubo (2022). *Porque startups falham?* <https://blog.cubo.network/por-que-startups-falham>.
Declaração Universal das Nações Unidas (2009). Rio de Janeiro. UNIC/Rio/005, Janeiro 2009. (DPI/876).

Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC/Rio/005. Janeiro 2009 (DPI/876)

Dias, M. O. (2015). Comunicação como processo de interacção e integração no sistema familiar – valores. *Gestão e Desenvolvimento*, 23 (2015), 85-105.

Feijo, J., Maquenzi, J., Salite, d. e Kirshner, J. (2022). *Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021*. Maputo: Observatório do Meio Rural, no. 127.

Filippe (2021). *A importância de pequenos negócios na sustentabilidade económica do Território*. X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Atores, Ativos e Instituições: Desenvolvimento Regional em Perspectiva.

Geffray, C. (1991). *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Tradução de Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento.

Gêmero, C. G., Duvai, H. C. e Ferrante, V. L. S. B. (s/d) *Quintais vivos: Importância de pequenas criações para os assentados da Araraquara, São Paulo*.

Governo Provincial de Cabo Delgado (2017). *A População*, <https://www.cabodelgado.gov.mz/por/A-Provincia/Populacao>.

Instituto Igarapé (2018). *Manual de Formação de Facilitadores de Género e Mulheres, Paz e Segurança*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé.

Jafar, J. S. (2020). *Impacto da Globalização Económica Contemporânea em Monapo e Palma, Moçambique*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.

Jornal Notícias (21/12/2023). *Informação Anual do Chefe do Estado à Assembleia da República sobre a Situação Geral da Nação*. Maputo.

Leão, M.M.; Recine, E.(2011) *O Direito Humano à Alimentação Adequada*. In: Taddei JA, Lang RMF, Longo- Silva G, Toloni MHA. *Nutrição em saúde pública*. São Paulo: Rubio.

Lobato, P.S. (2004). *O significado do trabalho para o adulto jovem no mundo provisório*. *Revista de Psicologia da UnC*, 1(2), 44-53.

Luís, A. de M. (2005). *Liderança: Que relação de poder?* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Departamento de Sociologia, Universidade de Évora.

MADER (2022). *Sustenta*. Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Acesso a 14 de Dezembro de 2023, disponível em <https://www.agricultura.gov.mz/>.

Mahan, L. K.; Arlin, M. T. (1995). *Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia*. 8a ed. São Paulo: Roca.



Mandamule, Uacitissa António. (2001) *Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Maputo*: CIP. 2011. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl./files/Comunicacoes/JMosca1moçambique> .

Marques, R. (2020). Importância do empoderamento das Mulheres. Acedido a 5 de Dezembro de 2023, disponível em <https://www.ibccoaching.com.br/portal/comportamento/importancia-do-empoderamento-mulheres/>

Ministério da Administração Estatal e Função Pública (2005) *Série Perfis Distritais de Moçambique: Perfil do Distrito de Meconta Província de Nampula, Consultoria & Desenvolvimento, Lda.*

Ministério das Obras Públicas e Habitação (2010). Diploma Ministerial Nº /2010. Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural. Boletim da República, Nº 52. Série I, 3º Suplemento.

Minkel, J. I. (2000). Seating and mobility considerations for people with spinal cord injury. *New York*, 80(7), 701-9.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro. *Lei de Terras. Promulgada a 1 de Outubro de 1997*

Notícias da Defesa (2023). Regresso de 70 dos deslocados marca progresso no conflito. Acesso a 14 de Dezembro de 2023, disponível em <https://defesamoz.info/not%C3%ADcias/f/regresso-de-70%25-dos-deslocados-marca-progresso-no-conflito>.

ONU Mulheres (2027). *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. UN Global Compact. Pacto Global, Brasil.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Documentos Básicos. Informe Técnico 225, 1961.

Peixoto, Paulo (2000) - *Gestão estratégica das imagens das cidades: Análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra.

Racine, E. e Radaelli, P. (s/d). *Alimentação saudável*. Universidade de Brasília. NUT/FS/UnB-ATAN/DAB/SPS.

Rebouças, A. (2004). *Uso inteligente da água*. São Paulo: Editora Escrituras.



Sabedoria Alternativa (2013). *A Alma do Negócio: Um guia prático para empreendedores em Portugal*. Portugal: Editora Sabedoria Alternativa.

Sousa, L. H (2019). Cidadania e documentos de identificação: Possibilidades para se pensar o género. *Agenda Política, Revista de Discentes de Ciência Política Universidade de São Carlos*, 7(3), 91-113.

Triviños, A. (1987). *Introdução de pesquisas em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

UNICEF Brasil (s/d). Dignidade Menstrual. Acesso a 12 de Dezembro de 2023, disponível em <https://www.unicef.org/brazil/dignidade-menstrual>.

Valente, F.L.S. (2002) *Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada*. In: *Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez Editora.

Varanda, M. F. de A. (2014). Associativismo: Acção das associações no desenvolvimento do Município de Castelo Branco. Dissertação de Mestrado em Metropolização, Planeamento e Sustentabilidade. Faculdades Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Wendland, M. (2020). Importância da habitação. Acesso a 9/12/2023, disponível em <https://pt.linkedin.com/pulse/import%C3%A2ncia-da-habita%C3%A7%C3%A3o-mellyna-wendland->.

Apêndices

Foto 1 – Equipa de pesquisadores a entrada do Centro de Reassentamento de Corrane



Legenda:

Equipa de pesquisadores na entrada do Centro de Reassentamento de Corrane. Da direita à esquerda – dr. Pedro S. Joaquim, Prof. Doutor Jafar S. Jafar, Prof. Felizardo António, Sra Luísa M. Artur (estudante de Antropologia, 4º Ano) e dr. Marchal M. Chilimile.

Fonte: Autores, 2023

Foto 2: Trabalho de campo - Entrevista com o grupo focal (feminino)



Legenda:

dr. Marchal Manufredo Chilimile com o grupo focal (feminino), no bairro Nampula, no Centro de Reassentamento de Corrane.

Fonte: Autores, 2023

Foto 3: Trabalho de campo – entrevista com grupo focal



Legenda:

Senhora Luísa Mário Artur, estudante do 4º ano de Antropologia, em entrevista com o grupo focal feminino, no bairro Nampula, no Centro de Reassentamento de Corrane.

Fonte: Autores, 2023

Foto 4: Trabalho de campo – Observação



Legenda:

Pesquisadores observando o sistema de abastecimento de água ao Centro de Reassentamento de Corrane, construído no âmbito do PROSANAR.

Fonte: Autores, 2023